

Mensagem nº 100

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora VIVIAN LOSS SANMARTIN, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Cameroun e, cumulativamente, na República do Chade.

Os méritos da Senhora Vivian Loss Sanmartin que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 28 de fevereiro de 2018.

Brasília, 8 de Fevereiro de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **VIVIAN LOSS SANMARTIN**, ministra de segunda classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Cameroun e, cumulativamente, na República do Chade.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e curriculum vitae de **VIVIAN LOSS SANMARTIN** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Aloysio Nunes Ferreira Filho

Aviso nº 94 - C. Civil.

Em 28 de fevereiro de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora VIVIAN LOSS SANMARTIN, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Cameroun e, cumulativamente, na República do Chade.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRA DE SEGUNDA CLASSE VIVIAN LOSS SANMARTIN

CPF.: 635.254.020-15

1965 Filha de Zeniro José Sanmartin e Maria Edi Loss Sanmartin. Nasce em Porto Alegre - RS, em 12 de maio.

Dados Acadêmicos:

1990 Letras pela Pontífica Universidade Católica / RS, 1990.
1993 CPCD IRBr, 1993
2003 CAD IRBr, 2003
Curso de Altos Estudos (CAE), IRBr. Tese: "A terceira nacionalização do setor de hidrocarbonetos na Bolívia: repercussões sobre a integração gasífera no Cone Sul e a atuação diplomática brasileira na região".

Cargos:

1994 Terceiro-Secretário
1999 Segundo-Secretário
2004 Primeiro-Secretário
2007 Conselheiro
2010 Ministro de Segunda Classe

Funções:

1994-97 Divisão do Meio Ambiente, Assistente
1997-99 Embaixada em Moscou, terceira e segunda-secretária. Chefe dos setores cultural e de imprensa.
1999-2003 Missão junto à CEE, Bruxelas, segunda-secretária. Responsável pelos setores de política interna e externa da UE; responsável pela coordenação das relações ALC-UE.
2003-06 Embaixada em Assunção, segunda e primeira-secretária. Chefe de Gabinete do embaixador; chefe do setor econômico e de Mercosul.
2006 Departamento de Integração, Assessora
2007-08 Divisão de Recursos Energéticos Não-Renováveis, Chefe
2008-12 Embaixada em Buenos Aires, conselheira. Chefe do setor de energia; chefe do SECOM.
Embaixada do Brasil em Viena, ministra-conselheira. Chefe da Chancelaria. Responsável pela coordenação dos setores de administração, de política interna e externa; cultural e de educação; de imprensa; consular; SECOM e dos temas multilaterais acompanhados pelo posto junto aos escritórios das Nações Unidas com sede em Viena (UNODC, UNOOSA, UNCITRAL) e à Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO); bem como junto à Academia Internacional Anticorrupção (IACA) e à organização Energia Sustentável para Todos (SEforAll)
2012

ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

CAMEROUN



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Janeiro de 2018

DADOS BÁSICOS

DADOS BÁSICOS SOBRE O CAMEROUN	
NOME OFICIAL:	República do Cameroun
GENTÍLICO:	camerounês
CAPITAL:	Iaundê (Yaoundé)
ÁREA:	475.440 km ²
POPULAÇÃO:	24,99 milhões
LÍNGUA OFICIAL:	Francês e Inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Cristianismo (60%), Crenças Tradicionais Animistas (20%), Islamismo (20%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Bicameral: Assembleia Nacional (180 membros) e Senado (100 membros)
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Paul Biya (desde 9 de novembro de 1982)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Philémon Yunji Yang (desde 30 de junho de 2009)
CHANCELER:	Lejeune Mbella Mbella (desde 2 de outubro de 2015)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2016):	US\$ 32,2 bilhões (BM)
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2016):	US\$ 84,7 bilhões (BM)
PIB PER CAPITA (2016)	US\$ 1.289 (BM)
PIB PPP PER CAPITA (2016)	US\$ 3.391 (BM)
VARIAÇÃO DO PIB	4,4% (2016); 5,6% (2015); 5,8% (2014) (BM)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2016):	0,518 (153ª posição entre 188 países) (UNDP)
EXPECTATIVA DE VIDA (2016):	56 anos (UNDP)
ALFABETIZAÇÃO (2010):	80,57 % (UNESCO)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2016):	4,51% (OIT)
UNIDADE MONETÁRIA:	Franco CFA (XAF)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	SE Sr. Martin Agbor Mbeng
BRASILEIROS NO PAÍS:	Há registro de 70 brasileiros residentes no Cameroun

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-CAMEROUN (em milhares) (fonte: MDIC)								
Brasil → Cameroun	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Intercâmbio	20.633	88.449	132.250	106.453	141.931	111.943	69.077	94.626
Exportações	19.671	87.713	121.115	103.006	137.799	105.961	67.373	93.466
Importações	962	735	11.135	3.447	4.132	5.981	1.704	1.161
Saldo	18.708	86.978	109.980	99.559	133.666	99.980	65.670	92.305

Informação elaborada em 17/01/2018, por José Joaquim Gomes da Costa Filho e Helges Samuel Bandeira. Revista por Artur José Saraiva de Oliveira, em 18/01/2017.

APRESENTAÇÃO

País da África Central, o Cameroun tem território de 475.440 km² e população de 24,99 milhões de habitantes. É banhado pelo Atlântico a oeste e compartilha fronteiras com a Nigéria, o Chade, a República Centro-Africana, a República do Congo, o Gabão e a Guiné Equatorial. O país tem ganhado importância geopolítica com a escalada das tensões na vizinha República Centro-Africana, mormente para os países contribuintes de tropas para a Missão de Paz da ONU (MINUSCA), que forçosamente farão uso do território camerounês para o deslocamento de seus militares.

Ex-colônia alemã, o Cameroun tornou-se, após a I Guerra Mundial, território sob mandato da Liga das Nações. A maior parte do território ficou sob o controle da França, ao passo que ao Reino Unido coube uma porção menor. Em 1º de janeiro de 1960, a parte francesa conquistou a independência. No território que cabia aos britânicos, foi realizado um referendo: a região sul aderiu ao Cameroun, enquanto a parte norte, com população predominantemente muçulmana, optou por integrar-se à Nigéria.

O primeiro presidente do Cameroun, Ahmadou Ahidjo, estabeleceu regime de partido único e governou de maneira centralizadora. Em 1982, Ahidjo renunciou, e seu primeiro-ministro, Paul Biya, assumiu o poder. Ainda sob regime unipartidário, Biya foi eleito presidente em 1984 e reeleito em 1988. O país passou por processo de abertura política a partir de 1990, ano em que foi promulgada a Lei das Associações e Partidos Políticos. Como não há na Constituição camerounesa limite para o número de mandatos, Paul Biya foi reeleito em 1992, 1997, 2004 e 2011. Em 2018, serão realizadas novas eleições presidenciais.

Historicamente estável, o Cameroun convive hoje com alguns fatores de instabilidade, como a atuação do grupo terrorista Boko Haram no norte e as demandas secessionistas de duas regiões anglófonas, situadas no noroeste do país. Nos últimos meses, a tensão vem crescendo nas regiões anglófonas do Cameroun, com diversas greves, protestos e prisões de líderes independentistas. A população [anglófona](#) do país queixa-se de marginalização e opressão, o que a torna o maior reduto da oposição. O Grande Norte (regiões de Adamaoua, Norte e Extremo-Norte) do país é, por sua vez, a área que mais sofre com os ataques do grupo Boko Haram, cuja base está na Nigéria. Para fazer face a esse desafio, Cameroun, Nigéria, Níger e Chade constituíram a Força Tarefa Conjunta Multinacional, atuando, assim, de maneira coordenada no combate ao terrorismo.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Paul Biya
Presidente da República do Cameroun



Paul Barthélemy Biya'a Bi Mvondo, mais conhecido simplesmente como Paul Biya, é o segundo [presidente](#) da [República do Cameroun](#) e está no cargo desde [1982](#). Biya nasceu na aldeia de Mvomeka'a, na [Província do Sul](#), em [13 de fevereiro de 1933](#). Após os estudos secundários no Liceu Général Leclerc em [Iaundê](#), mudou-se para Paris, onde passou sucessivamente pelo [Liceu Louis-le-Grand](#), pela [Universidade da Sorbonne](#), pelo [Institut d'Etudes Politiques de Paris](#) – onde concluiu licenciatura em [Direito Público](#) em 1961 –, e pelo [Institut des hautes études d'outre-mer](#).

Paul Biya trabalhou para o presidente [Ahmadou Ahidjo, primeiro presidente do Cameroun](#), e tornou-se [primeiro-ministro](#) em [1975](#). Ahidjo renunciou em [6 de novembro de 1982](#) e nomeou Biya como presidente. Biya foi eleito presidente em 1984 e reeleito em 1988, 1992, 1997, 2004 e 2011. Nas eleições presidenciais de outubro de 2011, Biya garantiu um sexto mandato de sete anos ao vencer com 77,9% dos votos.

Philémon Yunji Yang Primeiro-Ministro



Philémon Yunji Yang nasceu em Jikejem-Oku, no noroeste anglófono do Cameroun, no dia 14 de junho de 1947. Estudou Direito na Universidade de Yaoundé, na Escola Nacional de Administração e Magistratura de Yaoundé, e na Universidade de Ottawa, no Canadá. Tornou-se Promotor junto à Corte de Recursos de Buea em janeiro de 1975. Foi nomeado vice-ministro da Administração Territorial em junho de 1975 e promovido ao cargo de Ministro das

Minas e Energia em novembro de 1979, no qual permaneceu por mais de quatro anos. Posteriormente, Yang foi embaixador do Cameroun no Canadá por 20 anos, de 1984 a 2004.

Em dezembro de 2004, foi nomeado Secretário-Geral Adjunto da Presidência da República do Cameroun. Mais tarde, em dezembro de 2008, foi nomeado presidente do conselho de administração da *Cameroon Airlines Corporation*. O presidente Paul Biya apontou Yang como Primeiro-Ministro em 30 de junho de 2009. Seu partido é o *Cameroon People's Democratic Movement (CPDM)*, o mesmo do presidente Paul Biya. Foi reconduzido ao cargo em 2011.

RELAÇÕES BILATERAIS

Relações político-diplomáticas. O Brasil reconheceu a independência do Cameroun em 1960 e, em 1982, inaugurou sua Embaixada em Yaoundé. Em 1984, o Cameroun, por sua vez, abriu sua Embaixada em Brasília. Restrições orçamentárias levaram, contudo, o governo brasileiro a desativar, em 1999, sua representação na capital camerunesa.

A partir de meados dos anos 2000, novo impulso ao relacionamento bilateral foi dado. Em janeiro de 2005, realizou-se visita do então ministro das Relações Exteriores Celso Amorim a Yaoundé. Em abril do mesmo ano, o então presidente Lula da Silva visitou o Cameroun, oportunidade em que a embaixada brasileira em Yaoundé foi reaberta.

Em fevereiro de 2010, teve lugar, em Brasília, a III Sessão da Comissão Mista Brasil-Cameroun. O lado camerounês foi chefiado pelo então chanceler Henri Eyébe Ayissi. Na oportunidade, foram assinados dois memorandos de entendimento: um para o Estabelecimento de Consultas Políticas Bilaterais e outro sobre Cooperação Esportiva.

Em agosto do mesmo ano, o presidente Paul Biya visitou o Brasil. Durante sua visita, foram firmados memorandos de entendimento sobre cooperação cultural e sobre cooperação no campo da agricultura e da pecuária, além de acordos sobre cooperação no campo do turismo e sobre exercício de atividade remunerada por parte de dependentes dos funcionários das respectivas embaixadas.

Em maio de 2013, o então chanceler camerounês, Pierre Moukoko Mbonjo, realizou visita de trabalho ao Brasil. Na oportunidade, foi recebido pelo então ministro das Relações Exteriores Antonio Patriota e manteve contatos com operadores econômicos no Rio de Janeiro, entre os quais a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) e o BNDES.

Em agosto de 2015, o então ministro das Relações Exteriores Mauro Vieira visitou o Cameroun, ocasião em que manteve encontros de trabalho com o Primeiro-Ministro Philémon Yang e o então Chanceler Pierre Moukoko Mbonjo e participou da abertura de encontro entre empresários dos dois países.

A IV Sessão da Comissão Mista Brasil-Cameroun, inicialmente prevista para ocorrer em novembro de 2013, em Iaundê, foi adiada a pedido do Governo brasileiro, por razões orçamentárias, e ainda não foi possível reagendá-la.

O número de visitas oficiais e a cooperação mantida pelos países em foros internacionais demonstram que o relacionamento diplomático é de alto nível. O país africano tem consistentemente apoiado as candidaturas brasileiras em organismos internacionais (FAO, OMC, OMA, entre outras). Atualmente, o desafio está em fazer com que a excelência dos diálogos políticos gere crescimento do comércio e dos investimentos, bem como permita que novos projetos de cooperação se concretizem.

Cooperação técnica. Os projetos de cooperação técnica com o Cameroun têm amparo legal no Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Cameroun, assinado no dia 14 de novembro de 1972 e promulgado no dia 20 de setembro de 1973.

Duas iniciativas pontuais recentes de cooperação técnica entre os dois países se concretizaram. Vieram ao Brasil técnicos cameruneses para participar de dois eventos: o 11º Congresso Brasileiro do Algodão, que se realizou de 29 de agosto a 1 de setembro, em Maceió; e o curso de aperfeiçoamento em técnicas de cotonicultura, ministrado pela Universidade de Lavras, no período de 19 de junho a 13 de setembro.

Ainda em 2017, de 29 de outubro a 4 de novembro, uma missão do SENAI visitou o Cameroun, atendendo convite do Ministro da Formação profissional, por intermédio da Direção de Cooperação internacional do Cameroun, com o objetivo de avaliar a possibilidade de parceria para implantar no país uma estrutura de formação técnica e profissional inspirada no modelo do SENAI.

Em 2018, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) fará uma missão de prospecção, prevista para o primeiro semestre, a fim de discutir a possibilidade de projeto na área de inovação em adubos e fertilizantes para o algodão, em resposta a demanda oriunda do Ministério da Agricultura de Desenvolvimento Rural do Cameroun.

A pauta de cooperação técnica bilateral é historicamente modesta. Em fevereiro de 2011, foi realizada missão de prospecção da ABC ao Cameroun, com o intuito de discutir possibilidades de cooperação nas áreas de piscicultura e saneamento básico. O projeto sobre saneamento básico não avançou em função das restrições orçamentárias. No entanto, ao longo do ano de 2011, foi elaborado e aprovado o projeto “Capacitação Técnica no âmbito do Desenvolvimento da Piscicultura Sustentável no Cameroun”. Realizou-se, então, entre os dias 9 e 13 de junho de 2012, missão de execução no quadro do referido projeto, ocasião na qual se negociou um termo de referência para a construção de uma fábrica de ração e de uma unidade de reprodução de alevinos no Cameroun. O documento, elaborado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura do Brasil, foi encaminhado ao Ministère de l’Élevage, des Pêches et Industries Animales (Minepia) do Cameroun, que aprovou o texto sem ressalvas. Foi publicado, no final de março de 2013, edital de licitação

para construção da fábrica de ração. Entretanto, não houve avanço posterior nesta questão. Ainda no quadro do referido projeto, o MPA realizou curso de capacitação entre os dias 19 e 26 de novembro de 2012, em Fortaleza, do qual participaram oito técnicos camerouneses.

Cooperação em Defesa. As relações em matéria de defesa entre o Brasil e Cameroun ainda estão em seu estágio inicial, mas apresentam boas perspectivas. A criação, em 2013, de Adidância Militar na Embaixada do Cameroun em Brasília representou demonstração clara do interesse do país em ampliar a cooperação com o Brasil no campo da Defesa.

O Governo camerounês vem manifestando clara preferência por diversificar sua cooperação internacional na matéria e evitar depender da associação com os parceiros tradicionais. A Marinha do Brasil, por sua vez, tem se mostrado disposta a considerar formas de apoiar os esforços do Governo do Cameroun para combater a pirataria marítima no Golfo da Guiné, prestando apoio técnico para a operacionalização do "Centro Regional de Coordenação da Luta contra a Pirataria no Golfo da Guiné" (CIC), sediado no país.

Em fevereiro de 2015, delegação camerounesa chefiada pelo Chefe do Estado-Maior da Marinha daquele país realizou visita ao Comando do Controle Naval do Tráfego Marítimo (COMCONTRAM) da Marinha do Brasil, com o propósito de conhecer as atividades de vigilância, patrulhamento e segurança desenvolvidas pela Marinha do Brasil (MB) no Atlântico Sul, inclusive as desenvolvidas em coordenação com países sul-americanos da margem ocidental do Atlântico (Argentina, Uruguai e Paraguai), por meio do Centro Regional de Tráfego Marítimo da Área Marítima Atlântico Sul (CRT-AMAS).

Entre as iniciativas ora em discussão entre as duas Marinhas está o apoio à formação de pessoal e orientação para a equipagem do CIC, além da designação de Oficial Assessor Técnico da MB junto ao Centro. O tema, espera-se, poderá ser disciplinado por meio da assinatura de um Acordo de Cooperação entre as respectivas Marinhas, ou mesmo de um acordo mais amplo de cooperação em defesa.

Ademais, estão em curso negociações entre a Embraer Defesa e Segurança (EDS) e o Governo do Cameroun com vistas à aquisição de aeronaves de ataque leve e treinamento avançado A-29 Super Tucano. O lado camaronês vem dando sinais de que contempla a aquisição de aeronaves de modo a dar início a sua utilização no mais breve prazo, em vista da urgência da situação de segurança no Extremo Norte do país, atingida por ataques do grupo terrorista Boko Haram.

A eventual aquisição de A-29 poderá ensejar relações mais estreitas entre os dois países no domínio da defesa, em particular no que diz respeito à cooperação entre as respectivas Forças Aéreas. Entre as áreas que poderiam ser consideradas nesse sentido está o treinamento e formação de pilotos, inclusive o possível apoio para a criação de Academia da Força Aérea (atualmente a formação dos pilotos camerouneses é feita na França, a custos muito elevados) e a prestação de apoio técnico para a modernização da Força Aérea Camerounesa.

Programa Mundial de Alimentos. O Cameroun é um dos países em situação de insegurança alimentar e nutricional beneficiados por doações de alimentos do governo brasileiro, por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA), previstas na Lei 12.429, sancionada em 20/06/2011, que autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos para cooperação humanitária internacional.

Em 2012, o Brasil doou 3.550 toneladas de arroz, com valor total estimado em US\$ 2.241.276,08, por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA), em benefício de refugiados centro-africanos e camerouneses em situação de vulnerabilidade na região do Extremo Norte.

Cooperação Policial. Delegação camerounesa realizou visita à Academia de Polícia Nacional (ANP) e à Academia de Polícia Militar de Brasília (APMB) em agosto de 2013, para conhecer a estrutura daquelas instituições, tendo em vista o interesse do Cameroun em promover a cooperação policial com o Brasil. Na ocasião, a parte camerounesa sugeriu a negociação de acordo ou memorando de entendimento entre as academias de polícia ou entre os órgãos policiais dos dois países. O assunto, contudo, não teve seguimento.

Cooperação Educacional. O Cameroun, com base no Acordo de Cooperação Cultural (em vigor desde setembro de 1973), faz parte dos Programas de Estudantes Convênio de Graduação e de Pós-Graduação (PEC-G e PEC-PG). Desde 2005, 47 alunos camerouneses de graduação e 4 de pós-graduação já foram beneficiados pelos referidos programas.

Não há, contudo, registro de bolsista camerounês no Curso de Formação de Diplomatas do Instituto Rio Branco, desde a criação do Programa de Bolsa daquela instituição, em 1976.

Cooperação Jurídica. Não há acordos bilaterais de cooperação jurídica vigentes entre Brasil e Cameroun. Essa situação, contudo, não impede a formulação de pedidos de cooperação jurídica e o envio de cartas rogatórias, com base em compromisso de reciprocidade ou com fundamento em convenções multilaterais de que os países sejam parte.

Estão atualmente em negociação quatro acordos de cooperação jurídica entre o Brasil e o Cameroun, quais sejam: Acordo de Extradicação (negociação concluída); Acordo de Transferência de Pessoas Condenadas (negociação concluída); Acordo de Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal (negociação em andamento); e Acordo de Assistência Jurídica Mútua em Matéria Civil (negociação em andamento).

Cooperação Energética. Até o momento, não foram concretizados projetos de cooperação, nem assinados atos internacionais na matéria. No entanto, há interesse camerounês em uma maior cooperação energética bilateral. Durante encontro, em abril de 2013, entre o Embaixador do Brasil no Cameroun e o então Chanceler Pierre Mbonjo, este referiu-se aos desafios que o seu país enfrenta no desenvolvimento de infraestrutura e indicou estar aberto à participação de parceiros brasileiros. Um aspecto que poderia ser desenvolvido junto ao Cameroun seria a

cooperação com vistas ao desenvolvimento de projetos de construção de hidrelétricas e de infraestrutura energética. Nesse sentido, registra-se a atividade de empresas brasileiras no país, notadamente a Andrade Gutierrez, que atua na construção de barragens e de eletrificação no país desde a década de 1980. A empresa brasileira Sinergia e Desenvolvimento (SINGE) teria sido consultada, em 2015, por missão empresarial camerounesa, com vistas a oferecer assessoria e transferência de tecnologia no setor de gás natural (tratamento, acondicionamento, compressão e transporte de gás).

Cooperação Cultural. Em 2005, no âmbito da II Reunião da Comissão Mista Brasil-Cameroun, foi firmado Programa Executivo Cultural (PEC) entre os dois países, com validade de cinco anos, propondo atividades nas áreas da música, da dança, das artes plásticas, da arquitetura e da conservação do patrimônio histórico-cultural. Em 2010, foi assinado novo PEC, válido até 2013, propondo atividades, por exemplo, no campo da música, dança, cinema, artes cênicas e literatura.

Cooperação Esportiva. O governo camerounês tem buscado cooperar com o Brasil na área dos esportes. Delegação camerounesa deve visitar o país em breve para conhecer melhor a experiência brasileira na organização de grandes eventos esportivos e explorar mecanismos de cooperação, em especial no que diz respeito ao treinamento de treinadores e atletas do Cameroun.

Acordo de Serviços Aéreos. Em 2013, foram retomadas negociações iniciadas em 2006 para um acordo bilateral de serviços aéreos (ASA). Proposta enviada pelo Cameroun foi submetida à ANAC, que fez adaptações, conforme o modelo brasileiro de ASA. Ao submeter sua contraproposta, o Brasil revelou seu interesse na pronta conclusão das negociações. Em nota de novembro de 2013, as autoridades camerounesas informaram que a proposta brasileira de ASA estava sendo analisada. Desde então, nenhuma reação camerounesa foi recebida.

Apesar da demora nas negociações do ASA, Brasil e Cameroun têm mantido cooperado nos organismos internacionais especializados em aviação civil, em particular no que se refere à troca de apoio em candidaturas apresentadas por ambos os países.

Assuntos Consulares. A rede consular do Brasil em Cameroun corresponde à Embaixada do Brasil em Iaundê. Não há Cônsules Honorários do Brasil no Cameroun. Existem em torno de 70 brasileiros no Cameroun, em sua maioria religiosos e missionários que residem, em geral, em regiões afastadas dos grandes centros urbanos. O posto estima que o número de brasileiros missionários que prestam atendimento social e religioso em diversas congregações seja de 38 nacionais.

O número de brasileiros de passagem na jurisdição ao longo de 2016 é estimado em 20 nacionais. Desses, 18 estariam no país a negócios, e 2 a turismo. Os principais destinos são Iaundê e Douala, e o tempo de permanência médio no país é de sete dias.

Os casos consulares acompanhados pela Embaixada do Brasil em Yaoundé tratam, principalmente, de situações que envolvem necessidade de repatriação de cidadãos brasileiros desvalidos; pedidos de localização de paradeiro de cidadãos residentes no país; e denúncias de fraudes e golpes eletrônicos. Não existem brasileiros presos no Cameroun.

Empréstimos e financiamentos oficiais. O Cameroun não possui dívida ativa (resultante do inadimplemento de compromissos financeiros) com o Brasil. Tampouco há registro de empréstimos e financiamentos oficiais vigentes.

POLÍTICA INTERNA

O Cameroun adota como forma e sistema de governo, respectivamente, a república e o semipresidencialismo. O conceito de semipresidencialismo se justifica na medida em que as instituições do país, apesar de preverem a existência do cargo de Primeiro-Ministro, concedem ao Presidente a quase totalidade do poder decisório. Como forma de Estado, o Cameroun adota o unitarismo. O país é dividido em 10 regiões semiautônomas, que são administradas por governadores nomeados pelo Presidente.

O Parlamento do Cameroun, de caráter unicameral desde a independência, passou a dispor de Senado a partir de 2013. O Senado tem 100 membros, dos quais 70 eleitos indiretamente e 30 indicados pelo Presidente; e a Assembleia Nacional conta com 180 membros.

Embora a constituição camerounesa preveja a separação dos poderes, na prática o Poder Executivo tem alto grau de ingerência sobre o Judiciário e o Legislativo. O Judiciário é considerado, por alguns analistas internacionais, pouco independente, visto que está subordinado ao Ministério da Justiça. O Executivo também dispõe do direito de nomear os juízes (em todos os níveis). O país não dispõe de uma Corte Constitucional.

O Presidente Paul Biya tem exercido seu poder por meio do RDPC (Rassemblement Démocratique du Peuple Camerounais), partido que domina o sistema político interno. O Legislativo raramente rejeita qualquer decisão do Presidente. 82 dos 100 senadores e 148 dos 180 deputados são filiados ao RDPC, partido governista. Apesar de ser considerado um partido de direita, o RDPC abarca membros governistas de diversas ideologias. O SDF (Social Democratic Front), liderado por John Fru Ndi, é o principal partido de oposição, mas carece de apoio popular significativo e base de apoio nacional.

Relações Governo-Sociedade. O Cameroun é formado por uma diversidade de grupos étnicos – estima-se que cerca de 250 idiomas ou dialetos são falados no país. Nesse contexto, o Estado camerounês tem buscado instituir um governo central forte o suficiente para conter as tendências fragmentárias e impor-se sobre lideranças descentralizadas. À semelhança do que ocorre com a Nigéria, o Cameroun é caracterizado pelo predomínio de populações islâmicas no norte. Porém, tais populações não têm representado desafio à estabilidade política ou à

unidade nacional. As relações entre a maioria francófona e a minoria anglófona, entretanto, são problemáticas.

A comunidade anglófona, estimada em aproximadamente 5 milhões de pessoas (de uma população total de aproximadamente 24,99 milhões) denuncia que recebe tratamento inferior ao concedido aos francófonos. Nos últimos meses, a tensão vem crescendo nas duas regiões anglófonas do Cameroun, com diversas paralizações, greves, protestos e prisões de líderes independentistas. Além disso, no norte do país, as situações social e de segurança deterioraram-se bastante nos últimos anos, em razão dos frequentes ataques do grupo terrorista Boko Haram e da entrada de refugiados nigerianos. No leste do país, por sua vez, o fluxo de refugiados centro-africanos também tem representado desafio para as autoridades camerounesas.

Políticas de desenvolvimento. O Presidente Paul Biya tem tentado implementar, nos últimos anos, ambicioso programa de desenvolvimento das infraestruturas do país (programa "Grandes Realizações"). A construção de rodovias e o aperfeiçoamento do setor elétrico do país são algumas das prioridades.

Em reação ao agravamento da situação de segurança no Grande Norte (regiões de Adamaoua, Norte e Extremo-Norte), decorrente da entrada de refugiados nigerianos e dos ataques perpetrados pelo Boko Haram, o Governo adotou plano de desenvolvimento para a região, o qual tem como objetivo desenvolver infraestrutura e projetos agrícolas. O Grande Norte, segunda Região mais populosa do País (mais de 30% da população), tem os piores índices de desenvolvimento humano do Cameroun. Há proporcionalmente menos hospitais, menos escolas e índice mais elevado de desnutrição. A insegurança alimentar é causada, em parte, pelas condições climáticas da região (clima saheliano), marcadas por frequentes secas e inundações alternadas.

Direitos Humanos. A situação de direitos humanos no Cameroun foi avaliada pela Revisão Periódica Universal (RPU), no âmbito da Organização das Nações Unidas, em 2013, que averiguou que as estruturas normativas e institucionais para proteção dos direitos humanos haviam melhorado no país desde 2009, ano da revisão anterior. A RPU identificou medidas importantes nos temas da participação pública na política, no direito à alimentação e ao trabalho, assim como na promoção de direitos de pessoas com deficiência. Durante a sessão, a delegação brasileira elogiou as melhorias no acesso à educação especialmente no nível primário e no campo de educação para pessoas com necessidades especiais; a promoção dos direitos das mulheres, em especial no tema da mutilação genital feminina; e a ratificação do Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo ao envolvimento de crianças em conflitos armados.

No entanto, recentemente, a associação de defesa dos direitos humanos REDHAC (*Réseau des Défenseurs des Droits Humains em Afrique Centrale*) denunciou supostos crimes e violações cometidos pelas forças de ordem camerounesas contra manifestantes das regiões anglófonas.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa do Cameroun tem sido historicamente discreta. O país mantém perfil baixo no que diz respeito aos grandes temas da agenda internacional e continental.

O principal parceiro internacional permanece sendo a França, que goza de grande influência sobre os assuntos internos do país. Tal influência se expressa nos acordos militares bilaterais, nos vínculos culturais e educacionais, na cooperação técnica e na forte presença de nacionais franceses em território camerounês.

No plano regional, o Cameroun integra a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC) e a Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC). O país mantém relacionamento cordial com seus vizinhos. O Gabão, por exemplo, abriga importante colônia de imigrantes camerouneses e importa do Cameroun grande parte dos gêneros alimentícios que consome.

O Cameroun também é membro da Organização da Cooperação Islâmica (OCI), da Organização Internacional da Francofonia e da Comunidade Britânica, o que reflete as duas comunidades linguísticas do país. O Cameroun é o 18º contribuinte de tropas para Operações de Manutenção da Paz da Organização das Nações Unidas.

Nigéria. Embora os dois países mantenham relacionamento cordial, persistem desconfiças entre Iauendê e Abuja. O peso demográfico e econômico da Nigéria provoca receios no governo camerounês. A fronteira bilateral é extensa (2050 km) e porosa. Boa parte (905 km) ainda carece de demarcação. De todo modo, as trocas comerciais entre os dois países são intensas: a Nigéria é grande exportador para o Cameroun. Ademais, a devolução total e definitiva da Península de Bakassi ao Cameroun, celebrada em novembro de 2013, eliminou a principal fonte de tensão entre os dois países e ensejou a instauração de ambiente amistoso e pragmático na diplomacia bilateral. O principal item da agenda bilateral é securitário: o combate ao grupo Boko Haram.

República Centro-Africana. A região leste do país tem sido negativamente afetada pela crise política e de segurança na República Centro-Africana (RCA). O Governo camerounês tem, conseqüentemente, ampliado seus gastos com os efetivos militares e contribuído para as iniciativas diplomáticas regionais de estabilização da RCA. 1078 militares camerouneses, equivalente a 95% do total do efetivo do país empregado em Operações de Manutenção da Paz da ONU, encontram-se desdobradas na Missão Multidimensional Integrada de Estabilização das Nações Unidas na República Centro-Africana (MINUSCA). Além disso, o conflito na RCA aumenta a importância estratégica do Cameroun para países que contribuem com tropas à MINUSCA, na medida em que se utilizam do território camerounês para chegar ao terreno de operações.

China. Cameroun e China mantêm relações estreitas. Destacam-se, em particular, os investimentos chineses em infraestrutura e a concessão de

empréstimos ao país africano. Em junho de 2009, a China entregou ao Governo camaronês o Palácio Polivalente de Esportes de Iaundê, orçado em cerca de US\$ 30 milhões. Em janeiro de 2011, por ocasião da visita do Vice-Primeiro Ministro chinês, Hui Liangyu, ao Cameroun, foi assinado acordo de empréstimo de 450 milhões de dólares destinados à construção do porto de águas profundas de Kribi. O Presidente Paul Biya, que pouco se desloca ao exterior em viagens oficiais, esteve na China em cinco ocasiões (1983, 1993, 2003, 2006 e 2011).

Turquia. O Cameroun, interessado em diversificar suas relações internacionais e mitigar o excessivo peso dos parceiros tradicionais, tem buscado ampliar o relacionamento bilateral com a Turquia. Em março de 2013, o Presidente Biya visitou Ancara, onde foi recebido pelo Presidente Abdullah Gul e pelo Primeiro-Ministro Recep Tayyip Erdogan. Em 2010, o Presidente Gul visitara o Cameroun, ocasião que marca o início da aproximação bilateral.

Índia. As relações entre o Cameroun e a Índia, embora não sejam caracterizadas por troca de visitas de alto nível, têm experimentado rápido adensamento nos últimos anos, em especial na área comercial. A Índia é hoje importante parceiro comercial do Cameroun.

Pirataria no Golfo da Guiné. O Cameroun tem envidado, conjuntamente com seus vizinhos, esforços para reverter o quadro de insegurança no Golfo da Guiné. Em junho de 2013, o país sediou conferência regional que tratou do tema. Na ocasião, foi criado o Centro Interregional de Cooperação (CIC), com sede em Iaundê.

Combate ao Boko Haram pela Força-Tarefa Conjunta Multinacional. As atividades da Força-Tarefa Conjunta Multinacional (Cameroun, Chade, Nigéria, Níger e Benin) no combate ao Boko Haram podem ser avaliadas como exitosas. A contribuir para esse quadro, a imprensa destaca, entre outros, os seguintes fatores: prisão pela Nigéria de Khalid al-Barnawi, líder do grupo Ansaru, dissidente do Boko Haram; atuação coordenada das forças do Cameroun, da Nigéria e do Chade, com o apoio da Força-Tarefa; ofensivas contra os centros de concepção estratégica e treinamento do grupo; dificuldades interpostas ao abastecimento de comida, combustível, armamento e munição; redução do perfil de atuação do grupo; colaboração da população civil no fornecimento de informações úteis às forças militares; e cooperação de parceiros internacionais, mediante, por exemplo, a cessão de “drones” de monitoramento.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia do Cameroun desempenha papel importante no cenário econômico da África Central, embora seja pouco desenvolvida em termos globais. O país dispõe de vastos recursos naturais, goza de relativa estabilidade política e está situado em área privilegiada, que lhe permite atuar como “hub” comercial. Petróleo, madeira, algodão, café e cacau são os principais produtos de exportação. A extração petroleira, ainda que de dimensões reduzidas em termos mundiais, tem

sido historicamente responsável por grande parte das exportações anuais e constitui o principal setor da economia.

O Cameroun conta hoje com finanças relativamente saneadas, baixo grau de endividamento e capacidade de alavancar recursos para grandes projetos de desenvolvimento. O país possui ainda outros trunfos: riquezas minerais importantes; potencial energético único na região; posição geográfica estratégica; população mais bem capacitada do que a média sub-regional; mercado consumidor interno incipiente, mas de grande potencial; e grau moderado de industrialização.

Nesse quadro, muitos países tem buscado oportunidades de negócios no Cameroun e disputado entre si parcerias com o governo camerounês para o desenvolvimento dos inúmeros projetos de infraestrutura - de que são prova as muitas obras e canteiros chineses, turcos, franceses e de outros países europeus. O maior projeto da Alemanha no continente é a usina de processamento de gás associada ao complexo portuário-industrial de Kribi, no litoral sul do Cameroun.

Entre os principais obstáculos aos negócios no país, podem ser mencionados: ineficiência do serviço público, altos impostos, dificuldade na execução dos contratos, oscilações no fornecimento de energia e deficiência dos meios de transportes.

Dados macroeconômicos. Desde 1994, a economia de Cameroun tem registrado longo ciclo de crescimento e, ao final de 2014, o país completou vinte anos consecutivos de expansão. Em 2016, o PIB camerounês cresceu 4,67% e, em 2017, a expansão foi um pouco menos expressiva, de 3,9%. O crescimento constante da economia camerounesa tem encontrado amparo, principalmente, no bom desempenho do segmento petrolífero e na agricultura. O FMI avalia que o país deverá continuar registrando evolução positiva. Em 2018, há expectativa de crescimento real do PIB de 4,57%. Contribuirá para essa almejada expansão o desempenho da indústria petrolífera; o incremento nos investimentos em infraestrutura, principalmente na cidade portuária de Kribi; e o bom desempenho geral do setor de serviços (em especial finanças e comunicação).

Mesmo ancorado neste longo ciclo de expansão, o PIB nominal *per capita* ainda é baixo, limitando-se a US\$ 1.263 ao final do ano passado, levando o Cameroun a ser classificado como país de renda média-baixa. A inflação tem-se mantido em níveis baixos, tendo sido de 1,17% em 2017. O endividamento do Estado encontra-se ainda em níveis relativamente seguros. A política monetária é controlada pelo banco central regional, o Banco dos Estados da África Central (BEAC), que prioriza o controle da inflação e a manutenção do Franco CFA a uma taxa constante de conversibilidade com o euro.

Setores econômicos. O setor primário é de fundamental importância para o país, pois emprega aproximadamente 70% da população economicamente ativa. Os níveis de produtividade, porém, são baixos. Por isso, o setor contribui com apenas 23% do PIB (2016, est). Além disso, o país tem que importar alguns alimentos, como cereais. O Governo tem envidado esforços para alterar esse quadro. O setor

madeireiro, que contribui com cerca de 5% do PIB, também é um dos pilares da economia.

O setor secundário emprega cerca de 13% da população. A indústria tem relativa importância – sobretudo se levarmos em conta o contexto regional – e contribui com 28,2% do PIB (2016, est). Destacam-se a produção de alumínio, refino de petróleo, reparos de navios e bens de consumo para o mercado interno, como têxteis, produtos alimentícios, cerveja, cigarro, montagem de produtos industriais importados e produtos de madeira. Malgrado os esforços governamentais em criar zonas francas e descentralizar as atividades secundárias, a produção industrial mantém-se concentrada em Duala (70% das indústrias encontram-se nessa cidade).

O setor terciário contribui com 48,8% do PIB (2016, est) e emprega cerca de 17% da população. É formado basicamente pela administração pública e pelo comércio.

Matriz energética. Segundo a Agência Internacional de Energia, a matriz energética do país era composta, em 2015, pela biomassa tradicional (65,5%), combustíveis fósseis (25%), hidroenergia (5,7%) e gás natural (3,8%). Segundo o relatório anual de 2014 da empresa estatal Eneo, envolvida da produção, transmissão e distribuição de eletricidade em Cameroun, a potência instalada da geração elétrica naquele ano era de cerca de 1.249 MW, sendo 58,6% oriundo de hidroenergia, 24,1% de combustíveis fósseis líquidos (diesel e óleo combustível) e 17,3% de gás natural.

No final de 2016, as reservas de petróleo de Cameroun foram estimadas pela empresa estatal camerunesa 'Société Nationale des Hydrocarbures' (SNH) em cerca de 240 milhões de barris, ante 288 milhões no ano anterior. O país vem enfrentando trajetória decrescente de suas reservas, em razão do decaimento natural dos poços existentes e das dificuldades de atração de investimentos para a prospecção de novas áreas. A produção de petróleo teve início nos anos 70 e o pico de produção do país foi atingido em meados da década de 80, em faixa próxima a 170 mil barris diários, quando as reservas totais somavam 555 milhões de barris. Seus poços, quase sempre 'offshore', são na maioria maduros, de exploração onerosa e difícil, de modo que o setor é altamente vulnerável a flutuações de preços nos mercados internacionais. Nos últimos anos, a SNH vem empreendendo esforços de modernização do parque produtivo e adoção de tecnologias mais eficazes de exploração de poços maduros. Pretende-se também aumentar o controle e a transparência sobre as receitas advindas da exploração dos combustíveis fósseis. Com esse objetivo, Cameroun aderiu à *Extractive Industries Transparency Initiative* (EITI).

A produção em 2016, conforme dados do Relatório Anual da SNH, atingiu a média diária de cerca de 92 mil barris, registrando a primeira queda em 5 anos (-3,67% sobre 2015). A produção de petróleo, tipicamente "pesado", é liderada por empresas estrangeiras, sob acompanhamento próximo ou em parceria com a SNH, e governada pelo sistema de "partilha". As principais corporações presentes no

país, por ordem de importância, são Total, Pecten/Shell e Perenco. Aproximadamente 60% do volume produzido é exportado, principalmente para Índia, Espanha e Itália. O restante é processado internamente na única refinaria do país, situada na localidade costeira de Limbé, com capacidade de processamento de cerca de 42 mil barris diários. Uma segunda refinaria está em fase de projeto para a cidade portuária de Kribi, onde também funciona um terminal marítimo e uma unidade de geração termelétrica a gás natural com capacidade nominal de 125MW, lançada em 2014. São importados alguns derivados de petróleo para consumo interno.

Estima-se em 170 bilhões de m³ o total de reservas de gás natural do país. Se em 2012 a produção era praticamente inexistente, esta atingiu cerca de 357 milhões de m³ anuais em 2016. A entrada em operação, esperada para 2018, de uma unidade flutuante de liquefação de gás natural, atualmente ancorada em zona marítima próxima a Kribi, é passo fundamental para a exportação do recurso a mercados externos.

O Cameroun é um dos países africanos que mais aposta em energia renovável. O país tem o terceiro maior potencial hidro energético da África, tendo apenas 5% de seu potencial aproveitado. Três hidroelétricas de grande porte estão em processo de construção [Lom Pangar (30 MW), Memeve'ele (210 MW), Nachtigal (420 MW)]. O país também tem investido em energia solar, cujo potencial de produção no Norte do país é significativo. Um exemplo é o acordo assinado em 2015 com a empresa JCM Greenquest (canadense) para a construção de uma usina com capacidade de produzir 500MW, número que equivale a pouco mais de 1/3 da atual produção elétrica. Há também alguns investimentos em energia eólica.

Recursos minerais. De acordo com estudo financiado pelo PNUD, o subsolo camerounês é rico em reservas inexploradas de ferro, rútilo, bauxita, estanho, urânio, ouro e diamantes.

Comércio exterior total. Ao longo dos últimos dez anos, as exportações camerounesas de bens registraram variação positiva significativa, passando de US\$ 2,849 bilhões em 2005 para US\$ 5,16 bilhões em 2014. Este bom desempenho deu-se, em parte, ao dinamismo nos embarques de petróleo, o principal produto ofertado. Entretanto, desde então, houve forte retração do total exportado, que foi de US\$ 4,053 bilhões em 2015 e US\$ 2,132 em 2016, refletindo queda na exportação de petróleo. Foram os seguintes os mais relevantes destinos para as exportações do país em 2016: Países Baixos (21,3% do total geral); Bélgica (9,3%); Itália (7,8%); França (7,7%); e China (7,1%). O Brasil foi o 55º destino, com 0,03% do total. Foram os seguintes os cinco principais grupos de produtos da exportação total do Cameroun em 2016: cacau em grão (31,4% do total); madeira serrada (13,4%); madeira em bruto (7,1%); algodão cru (6,9%); e óleo refinado de petróleo (5,7%). A pauta é altamente concentrada em produtos do setor primário.

De 2005 para 2014, as importações do país também cresceram consideravelmente, passando de US\$ 2,8 bilhões a US\$ 7,561 bilhões. Desde 2014, no entanto, houve queda do total exportado, que foi de US\$ 6,037 bilhões em 2015 e de US\$ 4,902 bilhões em 2016. Neste último ano, os principais supridores da demanda externa do Cameroun foram: China (21,4% do total); França (12,1%); Nigéria (4,5%); Tailândia (4,5%); e Alemanha (4%). O Brasil, por seu turno, foi o 20º fornecedor, com margem de 1,3% sobre o total das aquisições externas do país. Os principais grupos de produtos da importação global do Cameroun no ano de 2016 foram: combustíveis (10,9% do total); máquinas elétricas (10,9%); máquinas mecânicas (9,2%); cereais (8,3%); e veículos automóveis (7,3%). Predominam na pauta de importação do Cameroun os produtos manufaturados.

A balança comercial tem disso deficitária desde 2008. Em 2016, o déficit do país em transações comerciais de bens foi de US\$ 2,77 bilhões.

Comércio exterior bilateral. Com base nos dados estatísticos fornecidos pelo MDIC/SECEX-AliceWeb, nos últimos anos, o comércio bilateral entre Brasil e Cameroun passou por forte crescimento, entre 2003 e 2010, seguido de importante redução, entre 2010 e 2016. Em 2017, registrou-se crescimento expressivo do intercâmbio bilateral em relação ao ano anterior, cuja corrente total passou de US\$ 43,227 milhões para US\$ 94,626 milhões.

O saldo comercial é tradicionalmente favorável ao Brasil. No último triênio os superávits foram de: US\$ 65,670 milhões (2015); US\$ 41,108 milhões (2016); e US\$ 92,305 milhões (2017).

Em 2017, as exportações brasileiras para o Cameroun totalizaram US\$ 93,466 milhões. No ano anterior, o total foi de apenas US\$ 42,167 milhões, o menor valor desde 2004. Os principais produtos exportados em 2017 foram: i) hidróxido de alumínio (49,1% do total); ii) açúcar refinado (27,6%); iii) veículos de passageiros (2,8%); iv) sal e cloreto de sódio (2,4%); e v) embalagens de papel (2,3%). No ano passado, as importações brasileiras originárias do Cameroun totalizaram US\$ 1,161 milhão. Os principais produtos importados em 2017 foram: i) folhas de madeira para folheados (86,2% do total); ii) borracha natural (11,6%); e, iii) instrumentos de medida ou controle (0,7%).

Investimentos brasileiros. A Andrade Gutierrez, empresa brasileira de construção instalada no Cameroun desde a década de 80, tem participação histórica no país. Por meio de sua subsidiária portuguesa (ZAGOPE), a companhia participou da construção do aeroporto internacional de Iaundê, assim como de importantes obras rodoviárias. Nos últimos anos, a empresa vem procurando oportunidades de investimentos no setor de energia, onde se vislumbram grandes oportunidades.

O consórcio brasileiro Marcopolo-Queiroz Galvão vinha desenvolvendo projeto para implantação de BRT em Duala e Iaundê, as duas principais cidades do Cameroun, estimado em mais de US\$ 500 milhões. O projeto, no entanto, nunca saiu da fase de planejamento. Encontra-se parado há 5 anos, com compromissos informais de progresso assumidos pelas autoridades do Cameroun, porém, sem

avanços concretos. A companhia OAS, por sua vez, realizou, nos últimos anos, quatro missões de prospecção de negócios em Cameroun. A OAS tem interesse específico na construção da rodovia 'Dschang-Fontem-Bakébé' e na restauração do aeroporto de Garoua.

Outras empresas brasileiras de menor porte também têm interesse em investir no Cameroun. A Irizar, fabricante de carrocerias e montadora de ônibus de média e longa distâncias e de turismo, apresentou, em outubro de 2017, proposta às autoridades da Confederação Africana de Futebol para fornecimento de ônibus às seleções nacionais que participarão da Copa Africana de Nações 2019. A Intertechne, empresa com sede em Curitiba especializada em grandes obras de engenharia, deverá dar continuidade, em 2018, aos contatos com autoridades do Ministério da Economia, Planificação e Administração Territorial para discutir sua participação e supervisão em 2018 do projeto hidrelétrico de Bini, iniciativa que contará com financiamento do Eximbank China. A Maxter do Brasil estaria em negociação para implantação no Cameroun de ponto de apoio para venda de máquinas de obras de construção civil usadas e ociosas.

Em 2010, durante visita ao Brasil, o Presidente camerounês, Paul Biya, propôs a celebração de um Acordo bilateral de Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos (APPI). O Brasil não manifestou interesse, naquele momento, na celebração desse tipo de acordo. Acordos no modelo APPI, que contém cláusulas de resolução de disputas investidor-Estado, foram retirados do Congresso Nacional em 2002 em face da resistência de numerosos parlamentares a esse modelo.

Apesar da atuação de algumas empresas brasileiras no Cameroun, o Banco Central do Brasil não possui registros de fluxos de investimentos diretos bilaterais.

Telecomunicações. O principal projeto de telecomunicações entre os dois países é o relativo à instalação de cabo submarino de fibra ótica, entre Fortaleza e Kribi, cidade portuária próximo à qual o governo camerounês está executando o maior projeto de infraestrutura do país e que contempla um porto de águas profundas. A concepção do projeto beneficia-se da posição do Cameroun como *hub* portuário da África Central (Porto de Douala) e via de escoamento e suprimento para Gabão, República Centro-Africana, Chade e os dois Congos (Brazzaville e Kinshasa). O projeto deverá captar o excedente de demanda que o porto de Douala não mais pode absorver. O cabo submarino com o Brasil é parte da infraestrutura de comunicação do complexo de Kribi.

O projeto de instalação de cabo submarino teve origem em 2010, quando a ANATEL estabeleceu contatos com sua homóloga camerounesa, a Cameroon Telecommunications (Camtel). Em outubro de 2015, o governo do Cameroun assinou, por meio da Camtel, dois instrumentos com a empresa China Unicom, que veria o projeto como parte de esforço de maior envergadura destinado a criar novos canais de comunicação entre a Ásia e a América do Sul. 85% dos investimentos a serem realizados pelo Cameroun para a instalação dos cabos seriam financiados pelo Eximbank China. Também participam do projeto as empresas Huawei e Telefônica. Em dezembro de 2015, o Brasil indicou às autoridades camerounesas

que, por razões técnicas, fora escolhida a cidade de Fortaleza como ponto de recepção do cabo submarino. Segundo cronograma da Camtel, o cabo submarino será inaugurada em setembro de 2018.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1884 – Alemães criam o Protetorado do Cameroun
1916 – Durante a I Guerra Mundial, tropas britânicas e francesas forçam os alemães a deixarem o país.
1919 – A Declaração de Londres divide o país em uma parte britânica (20% do território) e uma parte francesa (os 80% restantes).
1960 – Independência do Cameroun Francês, que muda de nome para República do Cameroun; Ahmadou Ahidjo torna-se presidente.
1961 – As porções britânicas do país decidem sua sorte após plebiscito organizado pela ONU. A parte norte decide pela união com a Nigéria, enquanto a seção sul se integra à República do Cameroun.
1972 – Após referendo, Cameroun se torna um Estado unitário, e passa a adotar o nome oficial de República Unida do Cameroun.
1982 – Ahidjo renuncia à Presidência por motivos de saúde, e o primeiro-ministro Paul Biya assume.
1983 – Ahidjo se exila, após acusações de que teria tentado um golpe contra Biya.
1984 – Paul Biya é eleito presidente; muda o nome do país de volta para República do Cameroun.
1992 – Paul Biya é reeleito na primeira eleição multipartidária do Cameroun.
1994 – Começam as disputas com a Nigéria sobre a península de Bakassi.
1996 – Após conflitos na fronteira, Cameroun e Nigéria aceitam mediação da ONU sobre o conflito a respeito de Bakassi.
1997 – Paul Biya é reeleito presidente.
2000 – O Banco Mundial aprova financiamento para a construção de oleoduto ligando o Chade ao Cameroun, apesar dos protestos de ativistas dos direitos humanos e ambientais.
2004 – Paul Biya é reeleito presidente.
2006 – Nigéria se retira da península de Bakassi, o que é considerado uma grande vitória do governo do Cameroun. O processo de transferência se completa em 2008.
2008 – Emenda constitucional elimina limite para reeleições presidenciais.
2011 - Paul Biya é mais uma vez eleito presidente.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

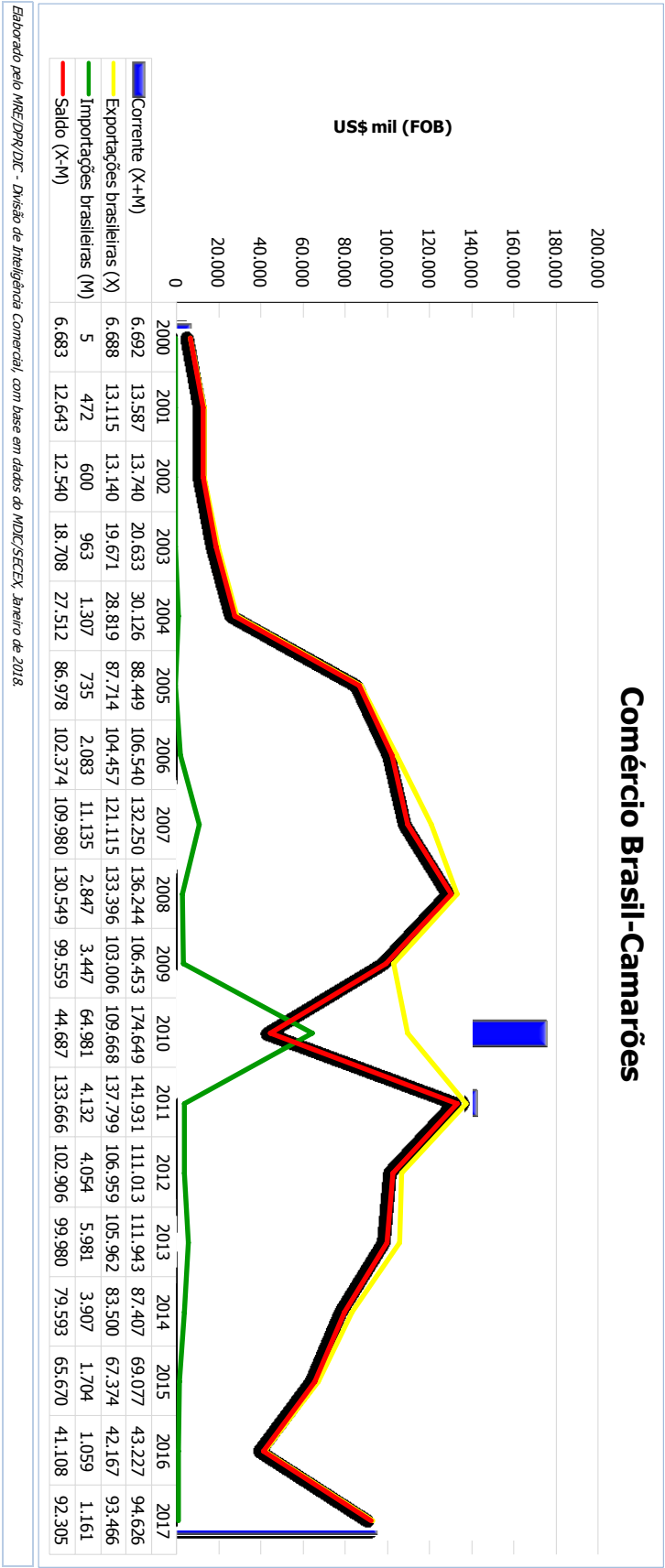
1960 – Brasil reconhece a independência do Cameroun francês, em 25 de janeiro, e do Cameroun britânico, em 19 de setembro.
1961 – Grupo parlamentar brasileiro visita o Cameroun, e missão especial camerounesa visita o Brasil.
1965 – Assinatura de Acordo Comercial entre Brasil e Cameroun.
1972 – Visita do Chanceler Gibson Barbosa a Iaundê; assinatura de Acordos de Cooperação Técnica e Cultural.
1982 – Criação da Embaixada brasileira em Iaundê, cumulativa com o Chade e encarregada de acompanhar os assuntos relativos à República Centro-Africana (que até então não mantinha relações diplomáticas com o Brasil).
1984 – Abertura da Embaixada do Cameroun em Brasília.
1986 – Por ocasião da visita a Iaundê do Chanceler Roberto Abreu Sodré, realiza-se a I Sessão da Comissão Mista Brasil-Cameroun (novembro).
1999 – Devido a restrições orçamentárias, a Embaixada brasileira em Iaundê é desativada e as relações bilaterais passam a ser cumulativamente acompanhadas pela Embaixada do Brasil em Libreville (Gabão).
2004 – Assinatura de Memorando de Entendimento na Área de Educação.
2005 – Reabertura da Embaixada do Brasil em Iaundê (abril). Visitas do Chanceler Celso Amorim (janeiro) e do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (abril) ao Cameroun. É realizada, em Brasília, a II Sessão da Comissão Mista Brasil-Cameroun (agosto).
2007 – Abertura de leitorado de língua e literatura brasileira na Universidade de Iaundê.
2010 – Visita do Chanceler camerounês, Henri Eyebe Ayissi, ao Brasil e realização da III Sessão da Comissão Mista Brasil-Cameroun, em Brasília (fevereiro). Visita ao Brasil do presidente da República do Cameroun, Paul Biya (agosto).
2012 – Visita do Ministro Eyebe Ayissi, Delegado Junto à Presidência da República encarregado do Controle Superior do Estado (outubro).
2013 – Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Cameroun, Pierre Moukoko Mbonjo, ao Brasil (maio).
2015 – Visita do Ministro Mauro Vieira ao Cameroun, ocasião em que mantém encontro de trabalho com seu homólogo, o Chanceler Pierre Moukoko Mbonjo, e participa da abertura de encontro entre empresários dos dois países. O Chanceler brasileiro é recebido também pelo Primeiro-

Ministro Philémon Yang (agosto).

ACORDOS BILATERAIS

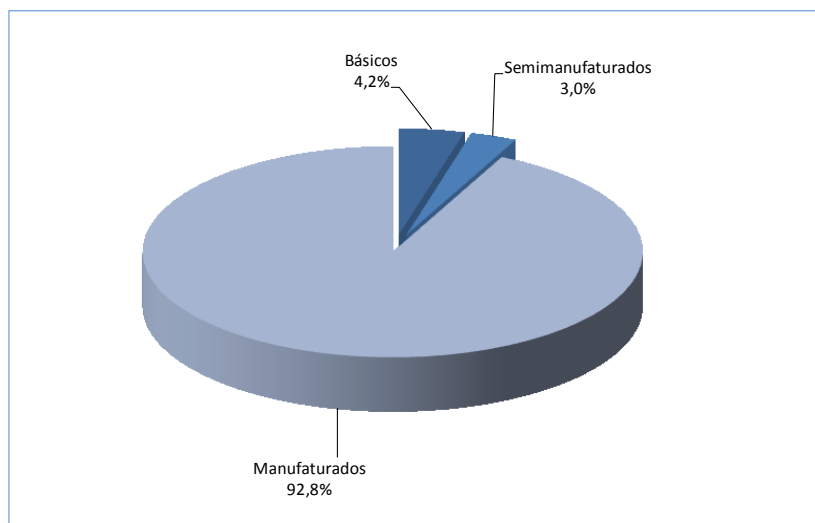
Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Cameroun sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico	04/08/2010	Aguarda ratificação pelo Cameroun	-
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República do Cameroun sobre Cooperação no Campo do Turismo	04/08/2010	Aguarda ratificação pelo Cameroun	-
Acordo de Cooperação Técnica entre a República Federativa do Brasil e a República Unida dos Camarões.	14/11/1972	20/09/1973	16/11/1973
Acordo Cultural entre a República Federativa do Brasil e a República Unida dos Camarões.	14/11/1972	20/09/1973	20/11/1973
Acordo Comercial entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Federal dos Camarões.	05/06/1965	07/10/1966	12/12/1967

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

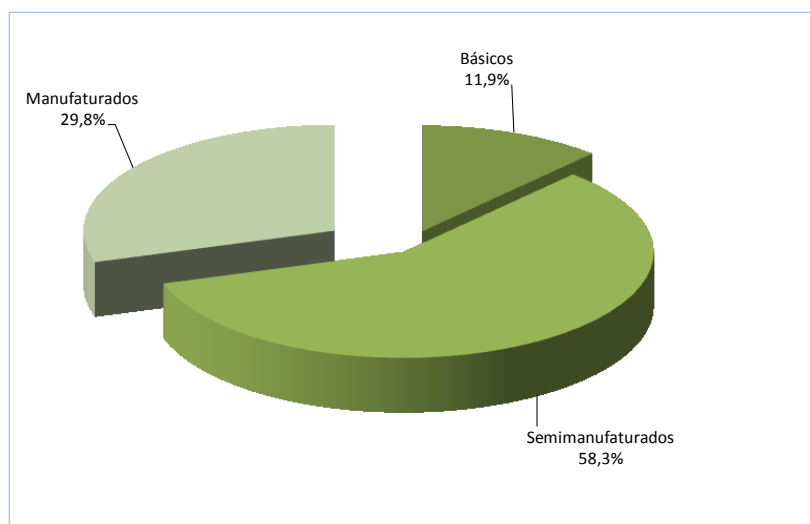


Exportações e importações brasileiras por fator agregado 2017

Exportações



Importações



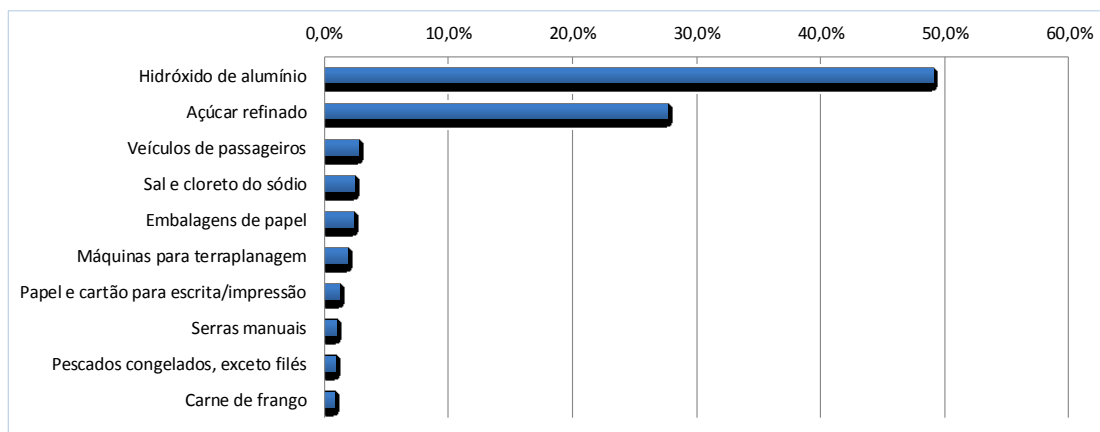
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Janeiro de 2018.

Composição das exportações brasileiras para Camarões (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Hidróxido de alumínio	40.707	60,4%	14.339	34,0%	45.866	49,1%
Açúcar refinado	10.995	16,3%	9.923	23,5%	25.835	27,6%
Veículos de passageiros	573	0,9%	2.146	5,1%	2.647	2,8%
Sal e cloreto do sódio	1.225	1,8%	1.882	4,5%	2.262	2,4%
Embalagens de papel	347	0,5%	1.338	3,2%	2.159	2,3%
Máquinas para terraplanagem	819	1,2%	295	0,7%	1.746	1,9%
Papel e cartão para escrita/impressão	830	1,2%	1.414	3,4%	1.211	1,3%
Serras manuais	408	0,6%	170	0,4%	889	1,0%
Pescados congelados, exceto filés	38	0,1%	553	1,3%	813	0,9%
Carne de frango	871	1,3%	1.000	2,4%	729	0,8%
Subtotal	56.813	84,3%	33.060	78,4%	84.157	90,0%
Outros	10.561	15,7%	9.107	21,6%	9.309	10,0%
Total	67.374	100,0%	42.167	100,0%	93.466	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Janeiro de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

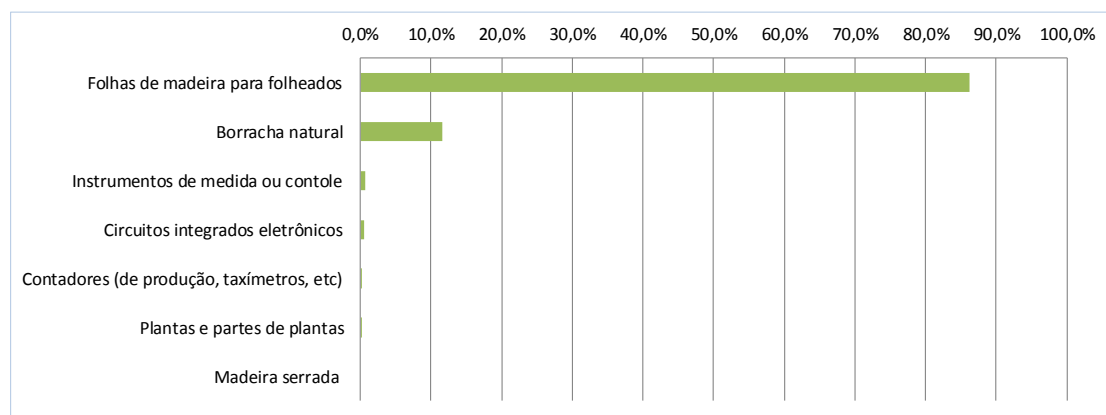


Composição das importações brasileiras originárias de Camarões (SH4)
US\$ mil

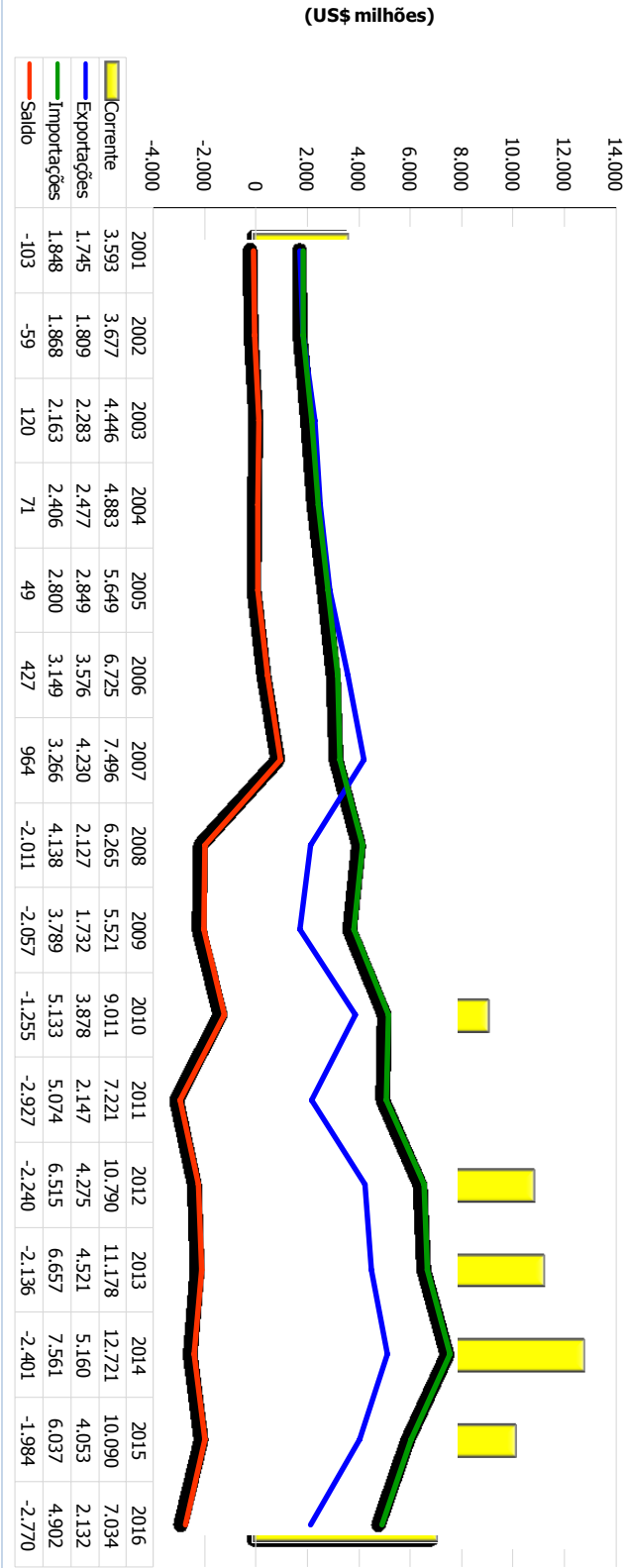
Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Folhas de madeira para folheados	740	43,4%	849	80,1%	1.001	86,2%
Borracha natural	780	45,8%	187	17,7%	135	11,6%
Instrumentos de medida ou contole	0	0,0%	0	0,0%	8	0,7%
Circuitos integrados eletrônicos	0	0,0%	0	0,0%	7	0,6%
Contadores (de produção, taxímetros, etc)	1	0,1%	0	0,0%	3	0,3%
Plantas e partes de plantas	1	0,1%	5	0,5%	3	0,3%
Madeira serrada	21	1,2%	11	1,0%	0	0,0%
Subtotal	1.543	90,6%	1.052	99,3%	1.157	99,7%
Outros	161	9,4%	7	0,7%	4	0,3%
Total	1.704	100,0%	1.059	100,0%	1.161	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Janeiro de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017



Comércio Camarões x Mundo

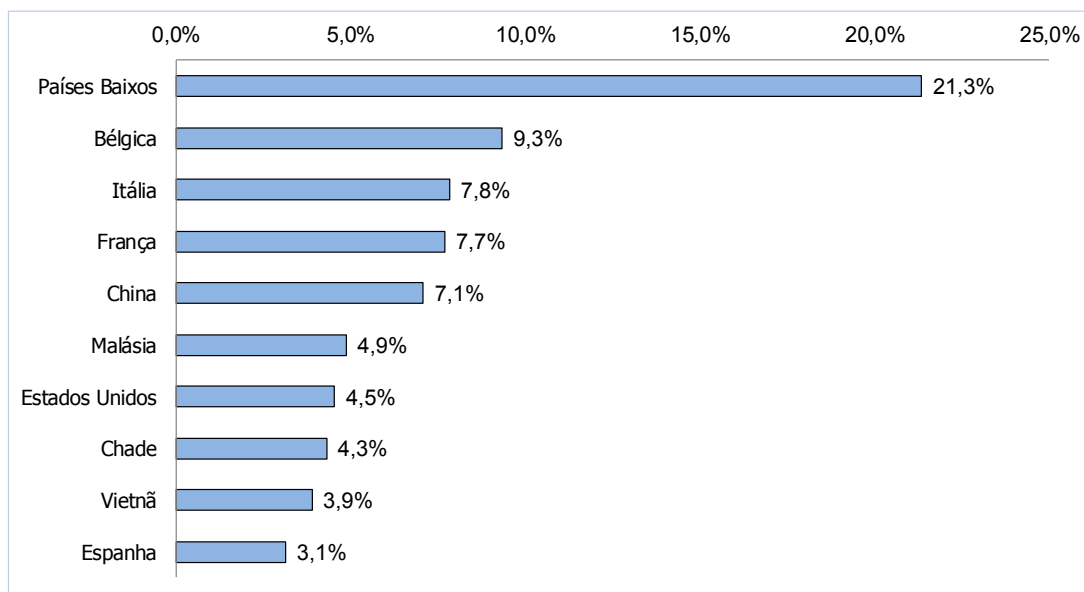


Elaborado pelo MRE/DPQ/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, January 2018.

Principais destinos das exportações de Camarões
US\$ milhões

Países	2 0 1 6	Part.% no total
Países Baixos	455	21,3%
Bélgica	199	9,3%
Itália	167	7,8%
França	164	7,7%
China	151	7,1%
Malásia	104	4,9%
Estados Unidos	97	4,5%
Chade	92	4,3%
Vietnã	83	3,9%
Espanha	67	3,1%
...		
<i>Brasil (55º lugar)</i>	1	<i>0,03%</i>
Subtotal	1.580	74,1%
Outros países	552	25,9%
Total	2.132	100,0%

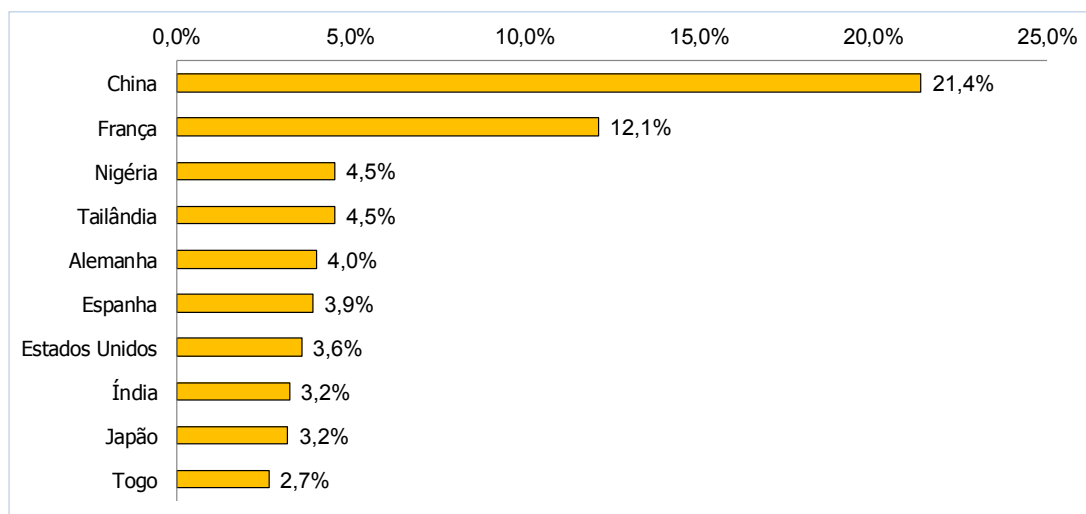
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, January 2018.



Principais origens das importações de Camarões
US\$ milhões

Países	2 0 1 6	Part.% no total
China	1.048	21,4%
França	594	12,1%
Nigéria	223	4,5%
Tailândia	223	4,5%
Alemanha	197	4,0%
Espanha	192	3,9%
Estados Unidos	176	3,6%
Índia	159	3,2%
Japão	157	3,2%
Togo	130	2,7%
...		
Brasil (20º lugar)	63	1,3%
Subtotal	3.162	64,5%
Outros países	1.740	35,5%
Total	4.902	100,0%

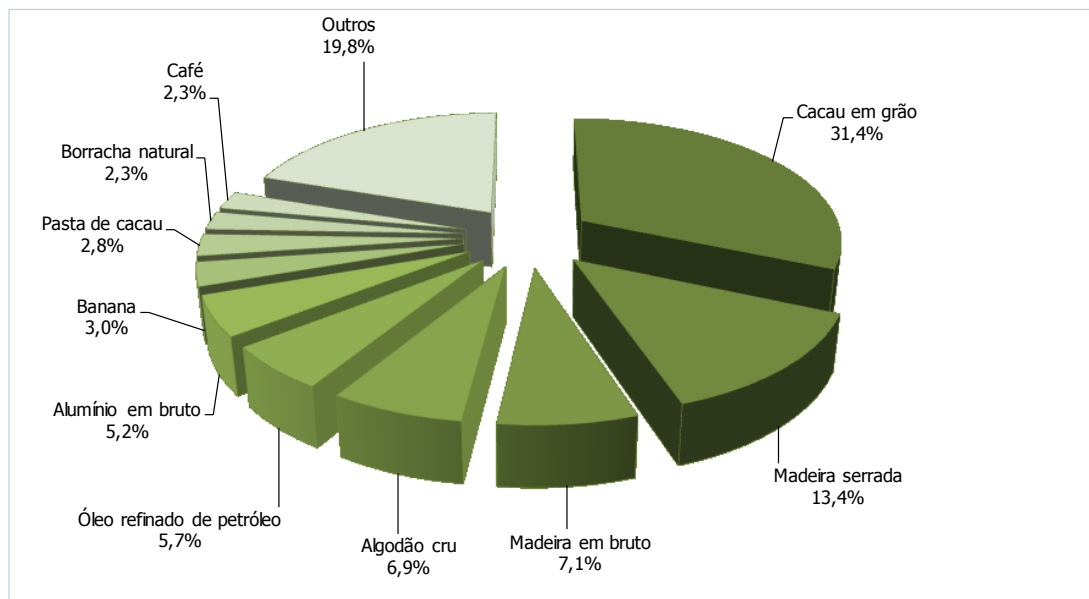
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, January 2018.



Composição das exportações de Camarões (SH4)
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 6	Part.% no total
Cacau em grão	670	31,4%
Madeira serrada	286	13,4%
Madeira em bruto	152	7,1%
Algodão cru	147	6,9%
Óleo refinado de petróleo	121	5,7%
Alumínio em bruto	110	5,2%
Banana	65	3,0%
Pasta de cacau	60	2,8%
Borracha natural	50	2,3%
Café	49	2,3%
Subtotal	1.710	80,2%
Outros	422	19,8%
Total	2.132	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, January 2018.

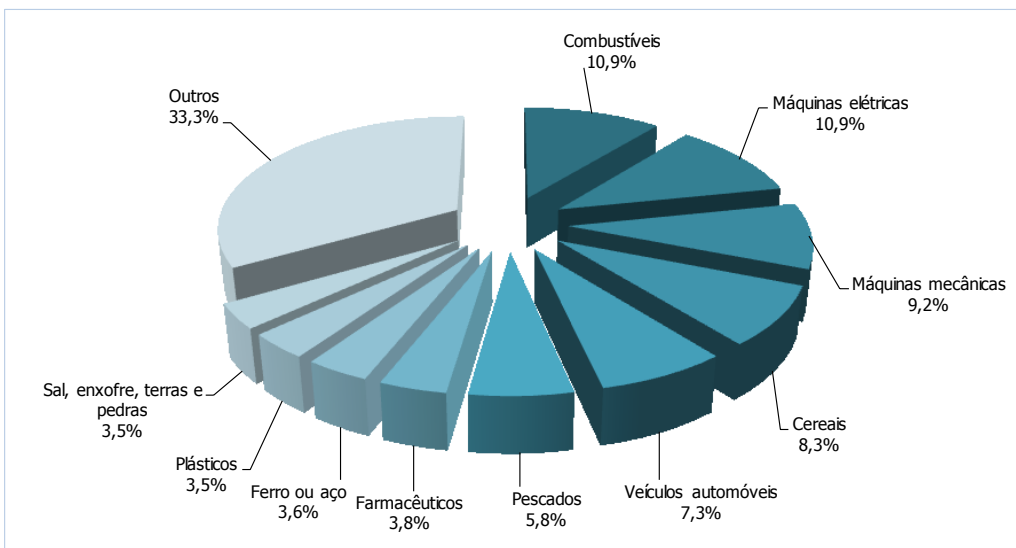


Composição das importações de Camarões (SH2)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 6	Part.% no total
Combustíveis	534	10,9%
Máquinas elétricas	533	10,9%
Máquinas mecânicas	450	9,2%
Cereais	406	8,3%
Veículos automóveis	359	7,3%
Pescados	282	5,8%
Farmacêuticos	185	3,8%
Ferro ou aço	177	3,6%
Plásticos	172	3,5%
Sal, enxofre, terras e pedras	170	3,5%
Subtotal	3.268	66,7%
Outros	1.634	33,3%
Total	4.902	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, January 2018.

10 principais grupos de produtos importados



Principais indicadores socioeconômicos de Camarões

Indicador	2016	2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	4,67%	3,97%	4,57%	4,99%	5,12%
PIB nominal (US\$ bilhões)	29,33	30,65	33,06	35,35	37,86
PIB nominal "per capita" (US\$)	1.238	1.263	1.329	1.386	1.448
PIB PPP (US\$ bilhões)	77,10	81,55	86,94	93,22	100,06
PIB PPP "per capita" (US\$)	3.255	3.359	3.494	3.655	3.827
População (milhões habitantes)	23,69	24,28	24,88	25,51	26,14
Inflação (%) ⁽²⁾	0,29%	1,17%	1,07%	1,37%	2,00%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-3,63%	-3,57%	-3,47%	-3,14%	-2,65%
Dívida externa (US\$ bilhões)	7,36	8,25	9,33	10,33	11,10
Câmbio (CFAfr / US\$) ⁽²⁾	593,01	578,57	559,45	567,93	548,90

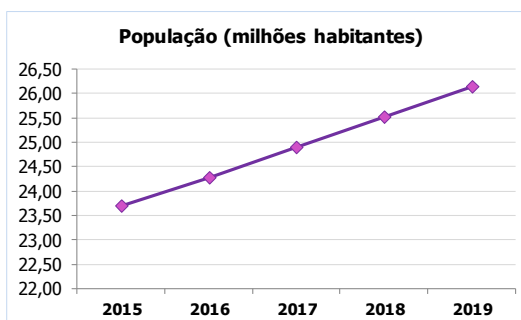
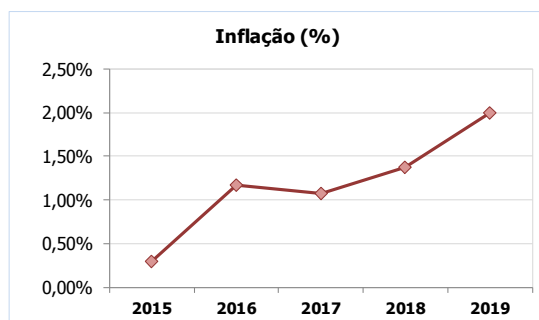
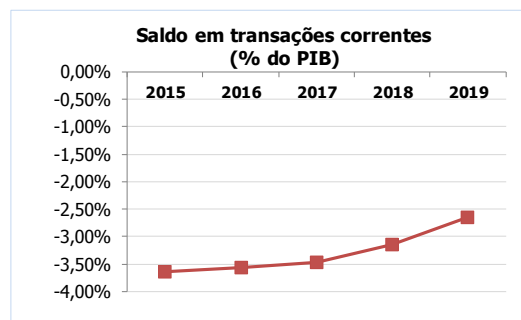
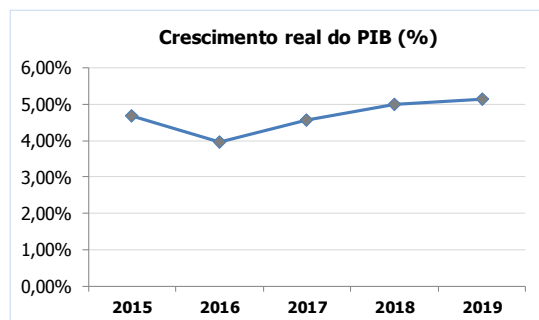
Origem do PIB (2016 Estimativa)

Agricultura	23,0%
Indústria	28,2%
Serviços	48,8%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2017 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 4th Quarter 2017.

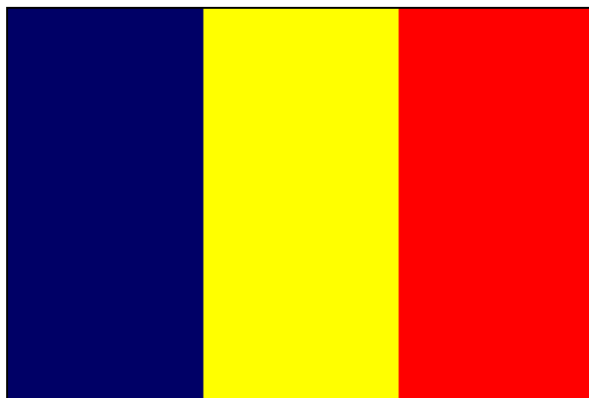
(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

CHADE



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Janeiro de 2018

DADOS BÁSICOS

DADOS BÁSICOS SOBRE O CHADE	
NOME OFICIAL:	República do Chade
GENTÍLICO:	chadiano
CAPITAL:	N'Djamena
ÁREA:	1.284.000 km²
POPULAÇÃO:	14,45 milhões
LÍNGUA OFICIAL:	Árabe e Francês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islamismo (56%), Cristianismo (35%), Crenças Tradicionais Animistas (8%), Bahai (1%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Unicameral. Assembleia Nacional (188 membros)
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Idriss Déby Itno (desde 2 de dezembro de 1990)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Albert Pahimi Padacké (desde 13 de fevereiro de 2016)
CHANCELER:	Mahamat Zene Cherif (desde 24 de dezembro de 2017)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2016):	US\$ 9,6 bilhões (BM)
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2016):	US\$ 28,83 bilhões (BM)
PIB <i>PER CAPITA</i> (2016)	US\$ 664,30 (BM)
PIB PPP <i>PER CAPITA</i> (2016)	US\$ 1.994,60 (BM)
VARIAÇÃO DO PIB	-7% (2016); 1,8% (2015); 6,9% (2014) (BM)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2016):	0,396 (186ª posição entre 188 países) (UNDP)
EXPECTATIVA DE VIDA (2016):	51,9 anos (UNDP)
ALFABETIZAÇÃO (2016):	30,79% (UNESCO)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2017):	5,8% (OIT)
UNIDADE MONETÁRIA:	Franco CFA (XAF)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	A ser designado
BRASILEIROS NO PAÍS:	Não há registro de brasileiros no Chade

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-CHADE (em milhares) (fonte: MDIC)							
Brasil → Chade	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Intercâmbio	526,73	4.444,37	2.557,86	2.530,32	1.374,02	1.254,77	821,60
Exportações	519,96	4.434,46	2.285,11	2.528,77	1.351,94	1.188,66	784,53
Importações	6,77	9,91	272,75	1,55	22,09	66,11	37,06
Saldo	513,19	4.424,54	2.012,36	2.527,23	1.329,85	1.122,55	747,47

Informação elaborada em 17/01/2018, por José Joaquim Gomes da Costa Filho e Helges Samuel Bandeira. Revista por Artur José Saraiva de Oliveira, em 18/01/2017.

APRESENTAÇÃO

País da África Central, o Chade tem território de 1.284.000 km² e população de 14,45 milhões. Sem saída para o mar, compartilha fronteiras com a Líbia, o Sudão, a República Centro-Africana, o Cameroun, a Nigéria e o Níger. Ex-colônia francesa, o país tornou-se independente em 1960. Atualmente, dada a sua força militar, o Chade é visto pelas potências mundiais como importante aliado na luta contra o terrorismo no Sahel.

A história do Chade é marcada pela instabilidade política e por conflitos armados. Enfrentando forte oposição na região norte do país, o primeiro presidente chadiano, François Tombalbaye, político sulista, foi, com o passar dos anos, impondo um regime crescentemente autoritário. Nesse contexto, inicia-se, em 1965, guerra civil que duraria mais de uma década. Cada vez mais isolado no âmbito interno e externo, Tombalbaye foi deposto e morto em 1975. Não obstante, o país permaneceu instável politicamente. O General Félix Malloum, novo presidente, entrou em conflito com movimento liderado por Hissène Habré, a Frente de Libertação Nacional do Chade, principal força rebelde do norte. Como resultado desses novos embates, formou-se, então, em 1979, governo de união nacional, encabeçado por Goukouni Oueddei, líder de outra importante frente de libertação. Contudo, desentendimentos com o movimento de Habré levaram a novos conflitos, que só foram equacionados, em favor do último, depois de vários anos de choques armados e em função de intervenção militar francesa. A despeito desse desfecho, o estabelecimento de um regime cada vez mais autoritário alienou o apoio externo e interno a Habré. Em 1989, depois de desentendimentos com o Presidente Habré, Idriss Déby Itno fundou, no Sudão, movimento rebelde chamado Movimento Patriótico de Salvação. Apoiado pelo Sudão e pela Líbia e ainda contando com a simpatia francesa, Déby Itno logrou chegar ao poder em 1990.

Ao se estabelecer na presidência, Idriss Déby Itno comprometeu-se com uma transição para a democracia. A organização de partidos políticos de oposição foi autorizada em 1992. Além disso, concedeu-se maior liberdade de expressão e de imprensa. Por fim, em 1996, aprovou-se, via *referendum*, uma constituição e realizaram-se eleições, vencidas por Déby Itno. Este foi reeleito em 2001, 2006, 2011 e 2016 (62% dos votos).

Na região do Lago Chade, o país sofre atualmente com a presença e os ataques do grupo terrorista Boko Haram, com sede na Nigéria. Para fazer face a esse desafio, Chade, Cameroun, Nigéria e Níger constituíram a Força Tarefa Conjunta Multinacional, atuando, assim, de maneira coordenada no combate ao grupo terrorista. O país também compõe a Força Conjunta G5 Sahel, formado por Chade, Burkina Faso, Mali, Mauritânia e Níger e voltada para o combate ao terrorismo e a crimes transnacionais na região do Sahel. Além disso, o país é lugar de origem e de passagem de migrantes que têm procurado atravessar o mar Mediterrâneo rumo à Europa. Governos europeus tem buscado cooperar com o governo chadiano para conter a atual crise migratória.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Idriss Déby Itno **Presidente**



Idriss Déby Itno nasceu na cidade de Berdoba, no nordeste do Chade, em 1952. Muçulmano da etnia Zaghawa, estudou na Escola de Oficiais de N'Djamena, tendo obtido, em 1976, licença de piloto profissional na França. De retorno ao Chade, Déby aproximou-se de Hissène Habré, líder rebelde que chegou ao poder em 1982. Promovido a coronel, Déby voltou à França, onde cursou a Escola de Guerra Inter-Exércitos (1986-1987). Novamente no Chade, é nomeado Conselheiro de Defesa por Habré. Em 1989, desentendimentos entre o Presidente Hissène Habré e Déby fazem o último exilar-se na Líbia e, em seguida, no Sudão, onde cria o Movimento Patriótico de Salvação (MPS). Em dezembro de 1990, Déby, por meio de golpe militar, chega ao poder. Após seis anos de governo, houve as primeiras eleições multipartidárias do Chade, que foram vencidas pelo mandatário chadiano. Idriss Déby Itno foi reeleito em 2001, 2006, 2011 e 2016 (62% dos votos).

Albert Pahimi Padacké **Primeiro-Ministro**



Albert Pahimi Padacké nasceu em Gouin, na subprefeitura de Pala, capital da região de Mayo-Kebbi Ouest, ao sudoeste do Chade, em 1966. Jurista de formação, Padacké possui mestrado em Direito Público. Durante os anos 1990, Padacké ocupou os cargos de Ministro da Finança e, logo após, de Ministro do Comércio, sendo demitido deste último pelo presidente Idriss Déby em 1997. Tornou-se

Secretário de Estado para Finanças em fevereiro de 2001, posição que ocupou até sua nomeação como Ministro de Minas, Energia e Petróleo em abril do mesmo ano. Ainda em 2001, em agosto, perdeu sua pasta, tornando-se ministro sem portfólio até 2002. Em abril de 2002, foi eleito deputado da Assembleia Nacional, pelo partido *Rassemblement National pour la Démocratie au Tchad (RNDP) - le Réveil*, posição que manteve até 2005. Em agosto de 2005, foi nomeado Ministro da Agricultura. Candidatou-se à Presidência da República pelo *RNDP – le Réveil* nas eleições de maio de 2006, ficando em 3º lugar com 7,82% dos votos. Continuou servindo como Ministro da Agricultura até março de 2007, quando foi nomeado Ministro da Justiça. Subsequentemente foi realocado à posição de Ministro das Publicações, Tecnologias da Informação e Comunicações, abril de 2008. Em 13 de fevereiro de 2016, Idriss Déby nomeou Padacké como seu Primeiro-Ministro, posição que ocupa atualmente, tendo sido reconduzido em 8 de agosto de 2016, 5 de fevereiro de 2017 e 24 de dezembro de 2017.

RELAÇÕES BILATERAIS

Relações político-diplomáticas. As relações diplomáticas entre o Brasil e a República do Chade foram estabelecidas em outubro de 1996, em caráter cumulativo com a Embaixada em Iaundê, Cameroun. Desde então, as relações vem se intensificando aos poucos, principalmente em decorrência da cooperação técnica no campo da cotonicultura. A então Ministra da Agricultura e Irrigação do Chade, Mahamat Maria, visitou o Brasil em maio de 2010, para participar do Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural. Em 2012, o Presidente Idriss Déby Itno visitou o Brasil no contexto da Rio+20.

Cooperação Técnica. Os projetos de cooperação técnica com o Chade têm amparo legal no Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comissão da União Africana para Implementação de Projetos Inovadores de Cooperação Horizontal em Benefício do Desenvolvimento Sustentável da Cadeia do Algodão nos Países da África.

Atualmente, o Brasil conta com duas iniciativas regionais em cotonicultura das quais participa o Chade, quais sejam: Projeto Cotton-4+Togo (Benim, Burkina Faso, Chade, Mali e Togo), e Curso de aperfeiçoamento de técnicos africanos (Benim, Burkina Faso, Burundi, Cameroun, Chade, Côte d'Ivoire, Maláui, Mali, Quênia, Senegal, Tanzânia, Togo, Zimbábue).

O projeto "Fortalecimento tecnológico e difusão de boas práticas agrícolas para o algodão em países do Cotton-4 e no Togo", mais conhecido como Cotton-4+Togo, objetiva contribuir para o aumento da competitividade da cadeia produtiva do algodão no Chade, no Benim, no Burkina Faso, no Mali e no Togo. Em cada um dos países, foi implantada pela Embrapa, com apoio da ABC, uma unidade demonstrativa, na qual foram semeadas, em pequenas parcelas, dez variedades de

algodão desenvolvidas no Brasil, bem como reproduzidas as técnicas de manejo, transferidas por meio de capacitações. Mais de quatrocentos técnicos dos quatro países participaram de todos os cursos previstos, organizados tanto no Brasil quanto no Mali em três técnicas agrícolas sustentáveis: plantio direto sob cobertura vegetal, manejo integrado de pragas e melhoramento genético do algodoeiro.

O projeto "Aperfeiçoamento de Técnicos Africanos em Cotonicultura" tem como objetivo fortalecer as bases da cadeia produtiva do algodão e da agricultura familiar locais nos países beneficiários (Benim, Burkina Faso, Burundi, Chade, Cameroun, Côte d'Ivoire, Mali, Senegal, Togo, Maláui, Quênia, Tanzânia, Zimbábue). A Universidade Federal de Lavras (UFLA) é a instituição implementadora técnica do lado brasileiro. O projeto tem vigência até 31 de dezembro de 2018. Em 2017, realizou-se o curso de formação para trinta e cinco técnicos nos países de língua francesa, cinco dos quais provenientes do Chade. Eles receberam formação durante três meses, em Lavras, Minas Gerais. Entre junho e agosto de 2018, o curso será ministrado para os países de língua inglesa e o Senegal.

Cooperação Jurídica. Não há acordos bilaterais de cooperação jurídica entre Brasil e Chade. Essa situação, contudo, não impede a formulação de pedidos de cooperação jurídica e o envio de cartas rogatórias, com base em compromisso de reciprocidade ou com fundamento em convenções multilaterais de que os países sejam parte.

Assuntos Consulares. Não há registro de brasileiros que residam no Chade. Não há cônsules honorários, tampouco conselho de representantes. O atendimento consular é realizado pela Embaixada do Brasil em Iaundê, Cameroun.

Empréstimos e financiamentos oficiais. O Chade não possui dívida ativa (resultante do inadimplemento de compromissos financeiros) com o Brasil. Tampouco há registro de empréstimos e financiamentos oficiais vigentes.

POLÍTICA INTERNA

O Chade é uma república semipresidencialista. Apesar da existência de um Primeiro-Ministro, o Presidente da República, eleito para mandatos de cinco anos, concentra grande parte dos poderes executivos. Em 2004, aprovaram-se emendas à Constituição, retirando os limites de mandato e de idade para a candidatura ao Executivo. Ademais, aumentou-se o poder do Executivo para a aprovação de novas reformas constitucionais. Embora essas emendas tenham sido aprovadas tanto pela Assembleia Nacional como por *referendum*, elas geraram uma série de críticas entre os tradicionais opositores e alguns apoiadores do Presidente Idriss Déby. Este, no poder desde 1990, foi reeleito para um quinto mandato em 2016.

O Poder Legislativo é unicameral, tendo a Assembleia Nacional 188 membros eleitos para mandatos de quatro anos. As últimas eleições parlamentares ocorreram em 2011. Nessa ocasião, o Movimento Patriótico de Salvação, de Idriss

Déby, conquistou 113 cadeiras. Os três principais partidos opositores (a União Nacional pela Democracia e Renovação, a União pela Renovação e Democracia e a Federação Ação pela República), por seu turno, alcançaram apenas 20 assentos. Desde 2015, o calendário eleitoral para a Assembleia Nacional tem sido repetidamente postergado por alegadas razões orçamentárias.

Apesar da ocorrência de eleições periódicas para o Executivo e para o Legislativo, o país não é considerado pelos índices internacionais como uma democracia. Segundo o *The Economist Intelligence Unit*, o país, em uma lista de 167 nações, ocupa a penúltima colocação em termos de democracia. Os partidos opositores e algumas organizações não-governamentais acusam o governo de fraudes eleitorais.

Missão da ONU. Entre 2003 e 2007, tensões entre comunidades regionais iniciaram-se, na esteira do fluxo de quase 300 mil refugiados ao país – cerca 240 mil sudaneses oriundos do conflito em Darfur e mais de 45 mil provenientes da República Centro-Africana. Em 2008, rebeldes chegaram a cercar o palácio presidencial, mas o Presidente Idriss Déby, com apoio militar francês, conseguiu resistir.

Nesse contexto de instabilidade, entre setembro de 2007 e dezembro de 2010, o Chade abrigou a Missão das Nações Unidas na República Centro-Africana e Chade (MINUCART). A missão teve por propósito garantir a proteção da população civil, bem como combater a ação de grupos armados organizados no leste do Chade, no nordeste da República Centro-Africana e no oeste do Sudão. O Brasil enviou observadores militares à MINUCART.

A cooptação de lideranças opositoras, a chegada da MINURCAT e a retomada das relações diplomáticas e militares com o Sudão contribuíram para a diminuição da violência.

Direitos Humanos. Em 2013, o Chade foi examinado pela Revisão Periódica Universal (RPU), no âmbito da Organização das Nações Unidas, que registrou considerável progresso na situação dos direitos humanos no país. O diálogo político foi promovido, assim como acesso à Justiça e a liberdade de imprensa. Ao comentar sobre o Chade na 17ª sessão da RPU, o Brasil fez elogios ao país em relação ao combate ao analfabetismo e à adesão a mecanismos legais importantes. Entretanto, também pontuou que o Chade ainda não havia aderido à Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio, recomendação feita pelo Brasil também na RPU de 2009. Até hoje, o Chade não aderiu à Convenção.

Em 2017, as Câmaras Africanas Extraordinárias (CAEs), tribunal especialmente criado pela União Africana e pelo Senegal para julgar o ex-ditador Hissène Habré por crimes cometidos durante o seu regime, confirmaram a sentença de prisão perpétua contra Habré. Apesar dessa vitória, a situação dos direitos humanos no país ainda encontra obstáculos. Há relatos de detenções de ativistas políticos e defensores dos direitos humanos e de fechamento de associações civis.

POLÍTICA EXTERNA

Para compreender a política externa chadiana, faz-se necessário analisar as relações do país com as grandes potências, com as nações vizinhas e também com as organizações africanas de integração.

A França, ex-metrópole, continua a desempenhar papel de extrema importância na política interna chadiana. A presença de tropas francesas em território chadiano é fator que, nos momentos de crise, influi na permanência ou queda dos governos estabelecidos. Foi assim na década de 1980, quando tropas francesas intervieram diretamente contra as tropas líbias e a favor de Hissène Habré, governante que, porém, não lograria contar com apoio francês em sua disputa com Idriss Déby Itno, em 1990. Este, por sua vez, foi apoiado militarmente pela França nos momentos de maiores tensões políticas. Atualmente, a França mantém em território chadiano, na capital N'Djamena, a base regional de sua Operação Barkhane, cujo objetivo é o combate ao terrorismo nos países do Sahel. Estima-se que aproximadamente 1.200 soldados franceses estejam estacionados no país.

Embora a França ocupe uma posição de hegemonia nos campos político e militar e seja parceiro-chave do Chade nos campos comercial e de investimentos, outras nações destacam-se também na área econômica. Nessa esfera, vale ressaltar a posição dos Estados Unidos, principal destino do petróleo explorado pelo consórcio liderado pela empresa americana *ExxonMobil*. Os Estados Unidos foram o destino de 56,8% das exportações chadianas em 2016. Na área política, as relações com os norte-americanos estão centradas em acordo para o combate a atividades terroristas no Sahel.

Após o rompimento das relações diplomáticas com Taiwan e do consequente estabelecimento de relações com a China, em 2006, a presença deste país faz-se cada vez mais visível, principalmente no setor petrolífero, no qual as empresas chinesas tornaram-se atores-chave. A China foi, em 2016, é o quarto principal destino das exportações chadianas e o segundo principal fornecedor desse país.

Quanto aos países vizinhos, cabe destacar as relações com Sudão, Líbia e Cameroun. O relacionamento com o primeiro país tem sido caracterizado pelos constantes rompimentos e reconciliações. Entre 2003 e 2010, a crise no Sudão teve consequências diretas para a estabilidade política do Chade. As levadas de refugiados sudaneses foram fontes de problemas de ordem política e humanitária para as autoridades chadianas. Mais importante ainda era o apoio dado pelo governo sudanês às atividades de grupos rebeldes opositores do Presidente Idriss Déby. Em janeiro de 2010, contudo, os países restabeleceram relações diplomáticas e militares.

A Líbia, país com que o Chade esteve rompido por muitos anos, ocupa, desde a chegada de Idriss Déby ao poder, posição de destaque na política externa chadiana. O país, à época de Muammar Kadhafe, foi importante mediador nas disputas com o Sudão. Além disso, a nação vizinha realizou importantes

investimentos na infraestrutura chadiana. Dado esse relacionamento e preocupado com os efeitos da desestabilização líbia, o Presidente Idriss Déby criticou fortemente a intervenção de tropas estrangeiras em território líbio em 2011.

Compartilhando fronteira de aproximadamente 800 km, Chade e Cameroun mantêm relações bastante cordiais. As relações econômicas dos países são bastante intensas. O oleoduto que escoia a quase totalidade da produção petrolífera chadiana passa por território camaronês. Além disso, esse país é o terceiro principal fornecedor de produtos para o Chade. O porto camerounês de Douala é importante ponto de circulação para os produtos que entram e saem do Chade.

No continente africano, o Chade é membro da União Africana (UA) e das organizações de integração sub-regional da África Central: a Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC) e a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC). Moussa Faki Mahamat, anteriormente Ministro dos Negócios Estrangeiros do Chade, é o atual Presidente da Comissão da União Africana.

A CEMAC, formada por Cameroun, Guiné Equatorial, Chade, Congo-Brazzaville, República Centro-Africana e Gabão, é um projeto de integração com viés político e econômico. Os países membros da organização compartilham moeda e Banco Central, além de terem recentemente instalado um Parlamento. Em 2010, a organização anunciou importantes medidas, tais como: a criação do passaporte CEMAC, que dispensará a necessidade de visto para deslocamentos intra-regionais; e o estabelecimento de uma companhia área para melhorar o transporte entre os países. No contexto de denúncias de corrupção, foram anunciadas também reformas no Banco Central regional (Banco dos Estados da África Central), que, buscando evitar novos escândalos e isolar ainda mais a política monetária das pressões políticas, concederam maior autonomia para essa instituição. No entanto, o maior problema de ordem monetária da região – a paridade do Franco FCA com o Euro e a consequente ausência de uma política monetária verdadeiramente autônoma – ainda não foi devidamente solucionado.

A Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC) é composta, por sua vez, pelos países membros da CEMAC e por Angola, São Tomé e Príncipe, República Democrática do Congo, Burundi e Ruanda. Um dos principais objetivos dessa organização é formar um mercado único na África Central. Esse objetivo, contudo, está longe de ser alcançado. Interesses econômicos diversificados, desavenças políticas e o engajamento dos países membros em diferentes organizações regionais impõem, segundo diversos analistas, baixa eficiência às atividades da organização.

Combate ao Terrorismo Internacional. O Chade é considerado por algumas potências mundiais como importante aliado no combate ao terrorismo internacional na região do Sahel. Verifica-se densa articulação dos países da região do Lago do Chade com atores extraregionais. Em abril de 2017, os EUA, por meio do

Comando Militar Norte-Americano para a África (AFRICOM), organizaram exercício militar conjunto com os países da Bacia do Lago do Chade, o primeiro desse formato, para apoiar os esforços nacionais de contraterrorismo.

Em 2014, o G5-Sahel – formado por Chade, Burkina Faso, Mali, Mauritânia e Níger – anunciou a criação de força regional de combate ao terrorismo e crime transnacional. Em fevereiro de 2017, a Resolução 2359 do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas saudou o desdobramento da Força Conjunta G-5 Sahel. A região de maior preocupação é a fronteira Liptaki-Gourma, entre Níger, Mali e Burkina Faso, em razão do ressurgimento de grupos extremistas, entre os quais, o Katiba Macina, aliado do Ansar Dine, que opera no Mali.

A Força Conjunta do G-5 Sahel deverá empregar até 5.000 policiais e militares em ações de combate ao terrorismo. A União Europeia comprometeu-se a subvencionar a iniciativa em um montante de € 50 milhões anuais, conforme anunciado em junho de 2017. Os países do G-5 investirão, cada um, o total de € 10 milhões por ano.

Operações da Manutenção da Paz. O Chade é o 16º contribuinte de pessoal militar para Operações de Manutenção da Paz da Organização das Nações Unidas (ONU). 99% do seu total de contingentes militares estão desdobrados na Missão das Nações Unidas de Estabilização Multidimensional Integrada no Mali (MINUSMA).

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Até o início da década de 1990, a economia do Chade era baseada em atividades agrícolas e pastorais bastante tradicionais. Não produzindo nenhum produto de grande demanda no mercado internacional, havia sérias dificuldades para a monetização da economia e, dessa forma, para a dinamização das relações mercantis. Em termos regionais, o Sul, com terras mais férteis, concentrava a maior parte da população, que, majoritariamente, retirava seu sustento do cultivo do algodão. O Norte, por sua vez, mais árido, possuía menor densidade demográfica e peso econômico.

A economia do país, contudo, modificou-se com a descoberta de consideráveis reservas de petróleo no início dos anos 1990. Transformações significativas tiveram lugar em decorrência dos investimentos necessários para implantar a indústria petrolífera. Embora a distribuição territorial da população tenha se mantido relativamente estável e apesar de a produção de algodão continuar importante para o sustento de 10% da população chadiana, percebeu-se declínio da participação das atividades agropecuárias no PIB. Ademais, houve considerável incremento da capacidade de gasto do Estado, uma vez que suas receitas cresceram significativamente. Por fim, houve mudança bastante significativa nas exportações

do país, que, além de terem crescido exponencialmente, estão baseadas quase que unicamente em um produto: o petróleo, que, 2016, respondeu por 83,7% do total exportado.

Apesar das esperanças de desenvolvimento e de estabilidade política decorrente da implantação da nova economia, poucos objetivos políticos, sociais e econômicos foram efetivamente alcançados. A segurança nacional e a estabilidade política continuam ameaçadas pela existência de inúmeros grupos. As recorrentes crises alimentares, por sua vez, são fortes indícios de que as condições de vida da população pouco se alteraram.

Se a situação do país já não era positiva, o quadro piorou a partir de 2006, quando a produção petrolífera parou de crescer e, mais recentemente, quando se iniciou uma trajetória de declínio. Essa queda na produção é associada à diminuição da produtividade do importante campo de Doba, no sul do país.

Nesse contexto adverso, o PIB sofreu contração de 6,43% em 2016 e cresceu apenas 0,6% em 2017. O FMI avalia que a economia chadiana deve alterar a tendência negativa dos últimos anos e crescer acima dos 2% neste ano e acima dos 3% nos dois anos seguintes. Refletindo menor dinamismo econômico e impactadas pelos gastos com segurança e infraestrutura, as contas fiscais e externas deterioraram-se continuamente nos últimos anos, o que gerou uma série de atritos com os países doadores e com os órgãos multilaterais de crédito. A fim de diminuir os gastos públicos, em dezembro de 2017, o Presidente Idriss Déby Itno realizou sua mais recente reforma ministerial, reduzindo o número de ministros de 37 para 24.

Perfil Energético. Possivelmente em razão da recorrente instabilidade institucional das últimas décadas, são escassos e desatualizados os dados disponíveis sobre o perfil energético do Chade, não obstante o potencial energético daquele país, sobretudo no setor de petróleo. É razoável, entretanto, supor que a biomassa tradicional ainda predomine amplamente na oferta primária total de energia, possivelmente superando participação de 90% entre as fontes disponíveis, o que se complementaria com combustíveis fósseis, quase sempre importados, apesar da produção local. No tocante à matriz elétrica, a capacidade instalada, em 2015, estava estimada em cerca de 47 MW, sendo a geração 100% dependente de derivados de petróleo (diesel ou óleo combustível). Estima-se que apenas 4% da população do Chade tinha acesso à energia elétrica, sendo a penetração do serviço equivalente a 14% em áreas urbanas e cerca de 1% em zonas rurais.

O Chade tem reservas de petróleo estimadas em 1,5 bilhões de barris, cifra pouco inferior ao do Gabão – tradicional produtor africano –, e a décima maior do continente. A maior bacia do país, na região conhecida como Doba, teria reservas equivalentes a 900 milhões de barris. O país teria também potencial para a exploração de gás natural. A prospecção no país teve início ainda na década de 60, sua primeira concessão foi aprovada em finais dos anos 80, mas a produção ganhou

impulso a partir da entrada em operação, em 2001, de oleoduto de pouco mais de mil quilômetros de extensão que atravessa o território de Cameroun para o escoamento do petróleo via instalação portuária daquele país. Em 2006, foi criada a estatal Sociedade de Hidrocarbonetos do Chade (SNT, na sigla em francês), que, por meio de parcerias com empresas locais e companhias petrolíferas internacionais – entre elas a ExxonMobil, Chevron, Shell, a malaia Petronas e a chinesa CNPC –, atua em diferentes segmentos da cadeia de valor do setor de petróleo e gás no país. Segundo estimativas de órgão de controle interno independente, as receitas governamentais derivadas do recebimento de *royalties* da produção de petróleo chegaram a alcançar cerca de 60% do orçamento nacional. Apesar da produção local, o Chade importa parte considerável dos derivados de petróleo que consome e tem limitada capacidade de refino, equivalente a cerca de 20.000 barris/dia na única refinaria em funcionamento no país, situada desde 2011 na cidade de Djarmaya, que comumente opera abaixo de seu potencial.

Comércio e investimentos bilaterais. A importância do comércio bilateral é marginal para os dois países. Em 2012, a corrente de comércio entre os dois países alcançou seu maior patamar, US\$ 16,296 milhões. Desde então, houve uma redução significativa. Em 2016, a corrente de comércio totalizou US\$ 1,997 milhão e, em 2017, US\$ 822 mil. A pauta de comércio tem sido historicamente composta em sua quase totalidade por exportações brasileiras. Em 2016, por exemplo, não foram importados produtos chadianos. No ano passado, as exportações de carne de frango corresponderam a 96,9% do total exportado pelo Brasil. O Banco Central do Brasil não possui registro de fluxos de investimentos diretos bilaterais.

A empresa Globoaves Agroavícola tenciona construir complexo agroindustrial avícola em Koundoul, no Chade. O investimento total está estimado em US\$ 70 milhões, com financiamento do BDEAC (40 milhões), do governo do Chade (22 milhões) e da própria empresa (8 milhões). Há expectativa de que o contrato seja assinado em breve, com a presença de representante do governo brasileiro, possivelmente a atual Encarregada de Negócios do Brasil em Iaundê.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1960: O Chade alcança sua independência em 1960, sob a liderança de François Tombalbaye.
1965: Inicia-se, em 1965, guerra civil que duraria mais de uma década.
1975: François Tombalbaye é retirado do poder e morto. Assume o General Félix Malloum.
1979: Forma-se governo de união nacional, encabeçado por Goukouni Ouedde.

1982: Hissène Habré assume o poder.
1990: Idriss Déby Itno assume a presidência do país, após golpe de Estado.
1992: A organização de partidos políticos de oposição é autorizada.
1996: Aprova-se, via <i>referendum</i> , constituição. Idriss Déby Itno é eleito Presidente.
2001: Idriss Déby Itno é reeleito presidente.
2004: Aprovam-se emendas à Constituição, retirando os limites de mandato e de idade para a candidatura ao Executivo. Ademais, aumenta-se o poder do Executivo para a aprovação de novas reformas constitucionais.
2006: Idriss Déby Itno é reeleito.
2011: Idriss Déby Itno é reeleito.
2016: Idriss Déby Itno é reeleito para um quinto mandato de cinco anos.
Dezembro de 2017: O Presidente Idriss Déby Itno realiza sua mais recente reforma ministerial, reduzindo o número de ministros de 37 para 24.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

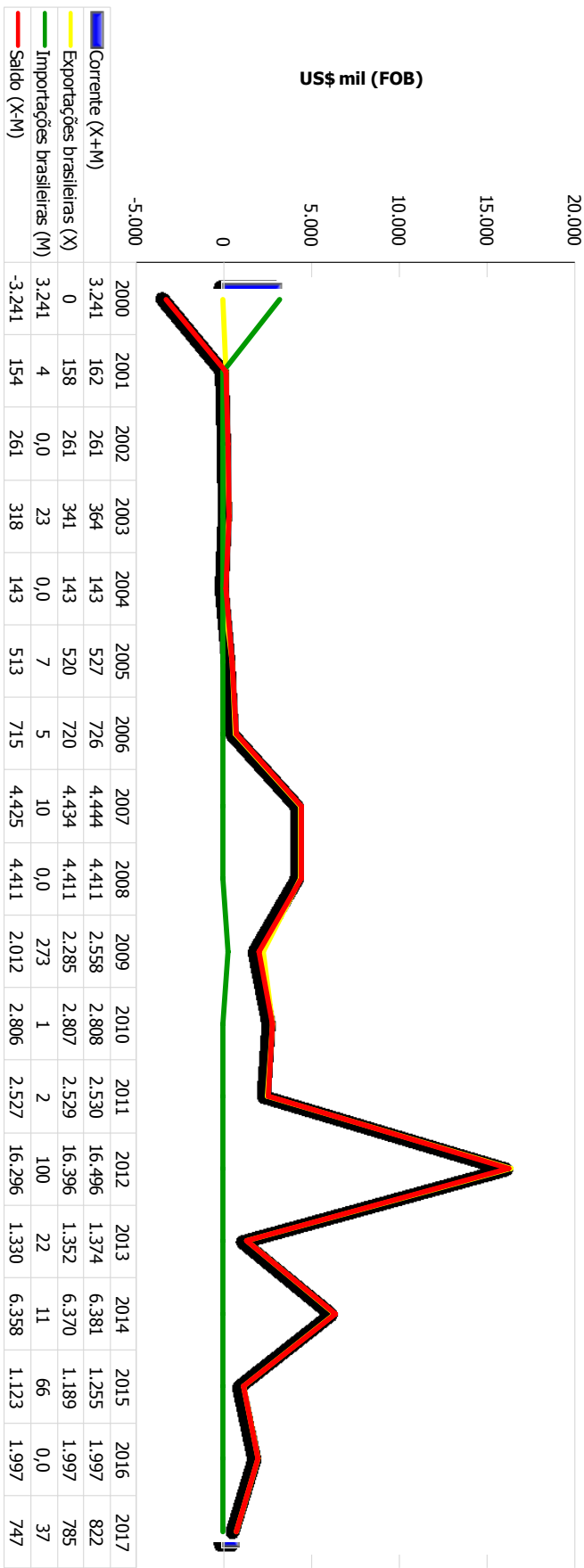
1996: Estabelecimento das relações diplomáticas.
2009: Início do projeto de cooperação técnica "Cotton-4", atualmente chamado "Cotton4+Togo".
2010: Visita da Ministra da Agricultura e Irrigação, Mahamat Maria, ao Brasil.
2012: Visita ao Brasil do Presidente Idriss Déby Itno, por ocasião da Rio+20.
2016: I Reunião do Comitê Gestor do Projeto Cotton-4+Togo, em Brasília (abril).

ACORDOS BILATERAIS

Não há nenhum acordo bilateral.

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

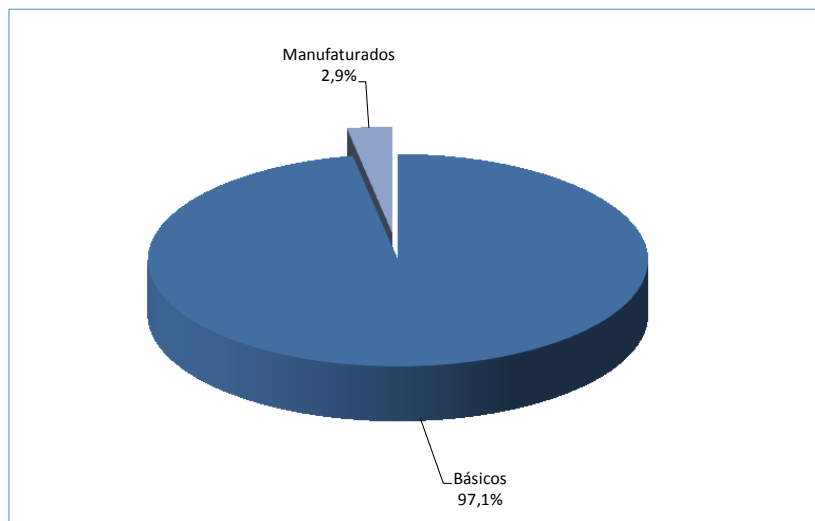
Comércio Brasil-Chade



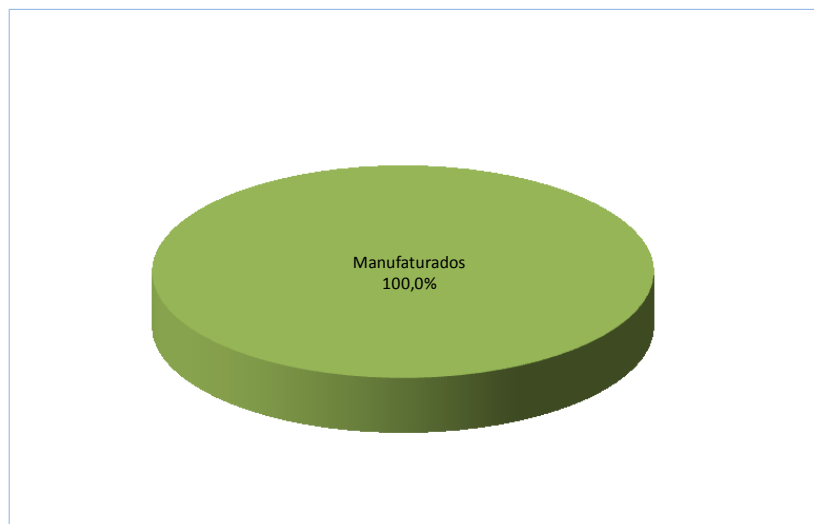
Elaborado pelo MRE/DFR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Janeiro de 2018.

Exportações e importações brasileiras por fator agregado 2017

Exportações



Importações



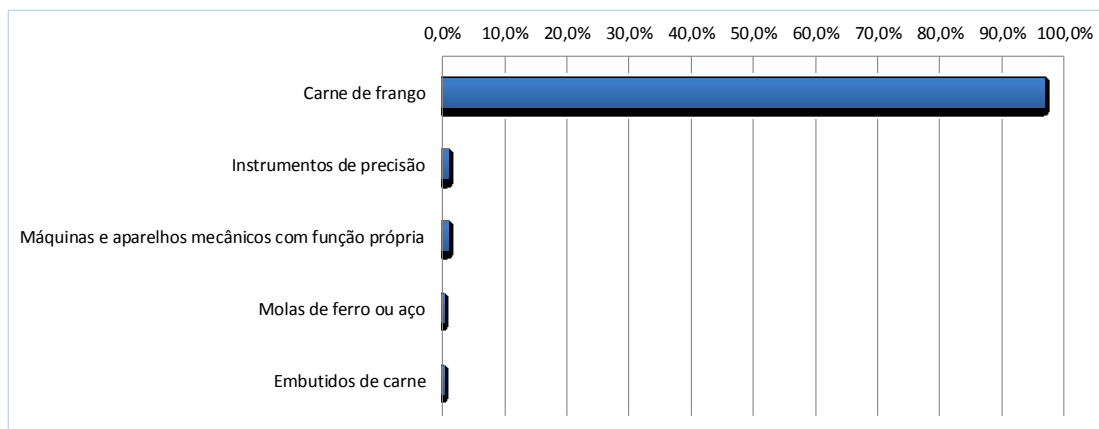
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Janeiro de 2018.

Composição das exportações brasileiras para o Chade (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Carne de frango	1.078	90,7%	1.354	67,8%	760	96,9%
Instrumentos de precisão	0	0,0%	0	0,0%	9	1,1%
Máquinas e aparelhos mecânicos com função própria	0	0,0%	0	0,0%	7	0,9%
Molas de ferro ou aço	0	0,0%	0	0,0%	2	0,3%
Embutidos de carne	2	0,1%	8	0,4%	2	0,3%
Pneus novos	0	0,0%	336	16,8%	0	0,0%
Tratores	0	0,0%	196	9,8%	0	0,0%
Subtotal	1.080	90,8%	1.894	94,9%	780	99,4%
Outros	109	9,2%	103	5,1%	5	0,6%
Total	1.189	100,0%	1.997	100,0%	785	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Janeiro de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

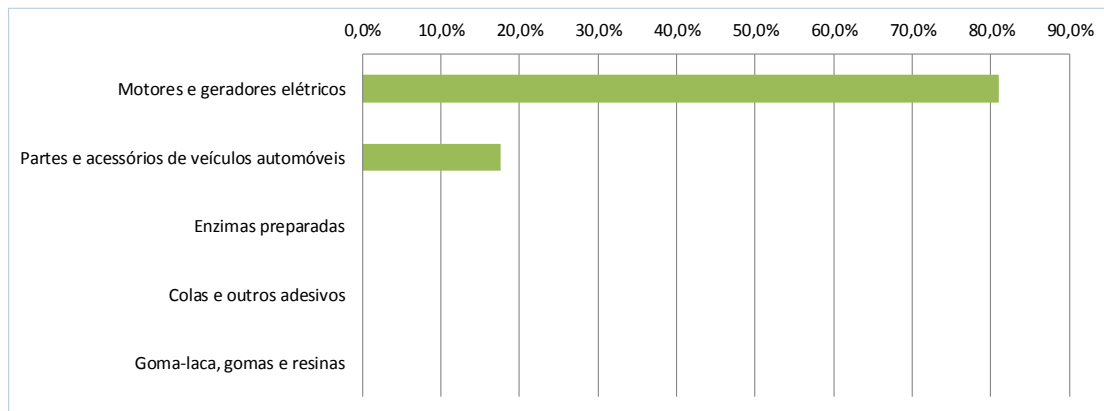


Composição das importações brasileiras originárias do Chade (SH4)
US\$ mil

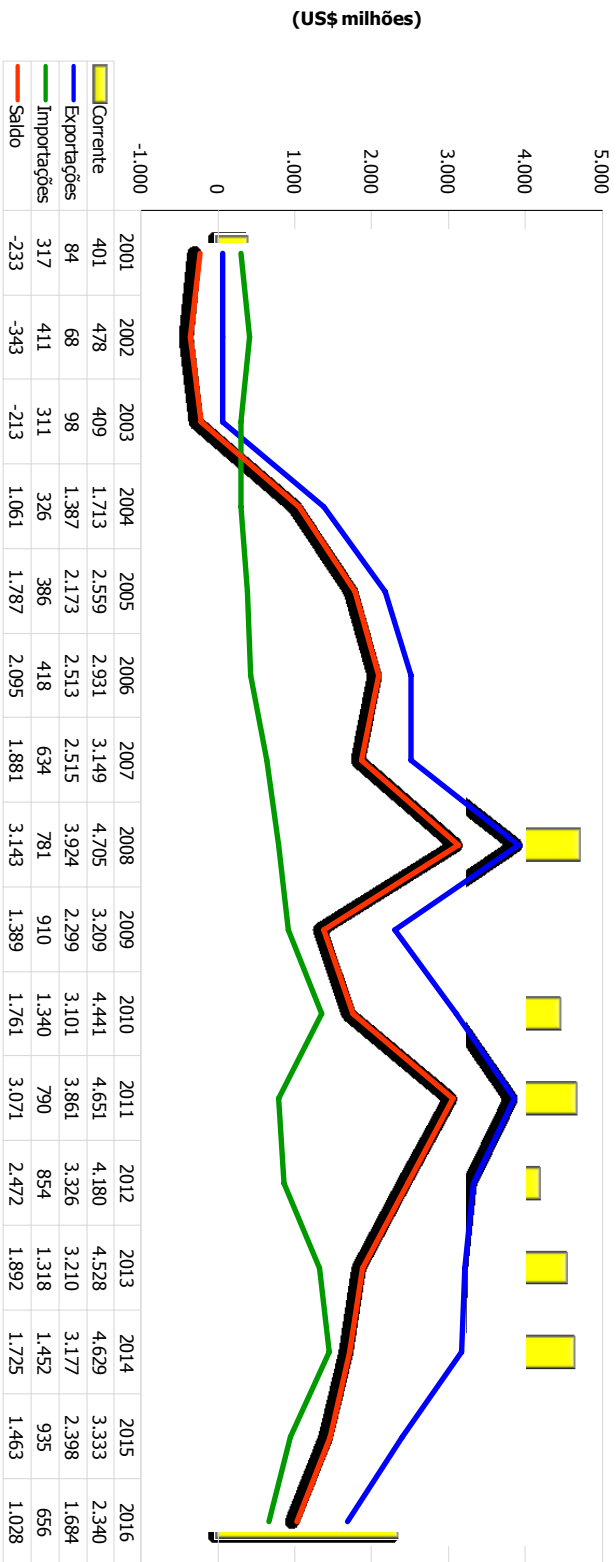
Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Motores e geradores elétricos	0	0,0%	0	0,0%	30	80,9%
Partes e acessórios de veículos automóveis	0	0,0%	0	0,0%	7	17,5%
Enzimas preparadas	49	74,1%	0	0,0%	0	0,0%
Colas e outros adesivos	6	9,1%	0	0,0%	0	0,0%
Goma-laca, gomas e resinas	6	9,1%	0	0,0%	0	0,0%
Subtotal	61	92,3%	0	0,0%	37	98,5%
Outros	5	7,7%	0	0,0%	1	1,5%
Total	66	100,0%	0	0,0%	37	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Janeiro de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017



Comércio Chade x Mundo



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, January 2018.

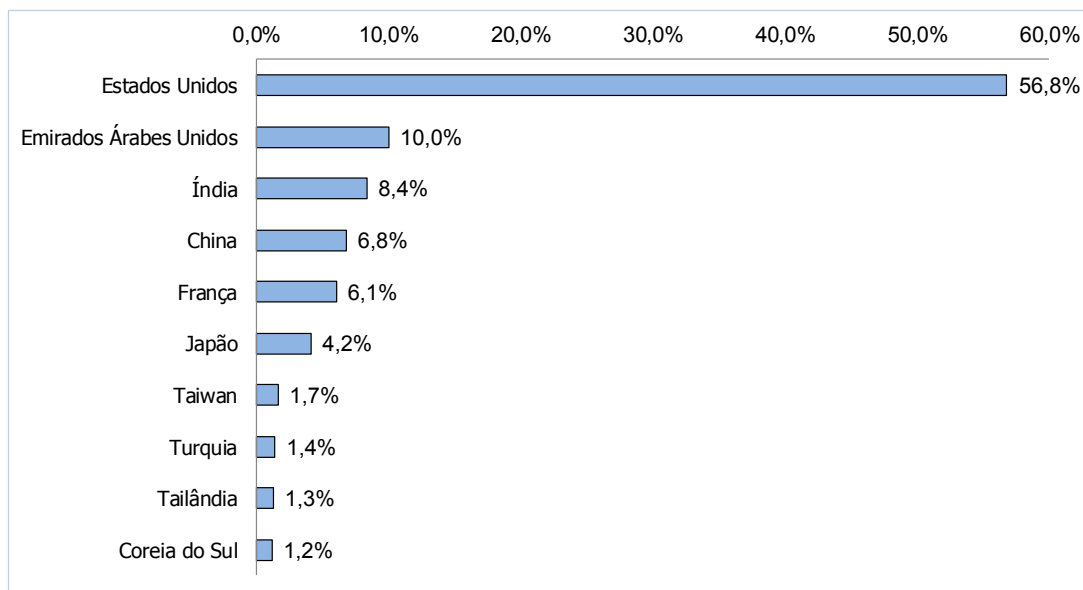
Dados obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

2016 / 2017	Exportações	Importações	Corrente de comércio	Saldo
2016 (jan-set)	814	95	909	719
2017 (jan-set)	276	65	341	211

Principais destinos das exportações do Chade
US\$ milhões

Países	2 0 1 6	Part.% no total
Estados Unidos	957	56,8%
Emirados Árabes Unidos	169	10,0%
Índia	141	8,4%
China	115	6,8%
França	102	6,1%
Japão	70	4,2%
Taiwan	28	1,7%
Turquia	24	1,4%
Tailândia	22	1,3%
Coreia do Sul	20	1,2%
...		
Brasil (77º lugar)	0,001	0,0%
Subtotal	1.648	97,9%
Outros países	36	2,1%
Total	1.684	100,0%

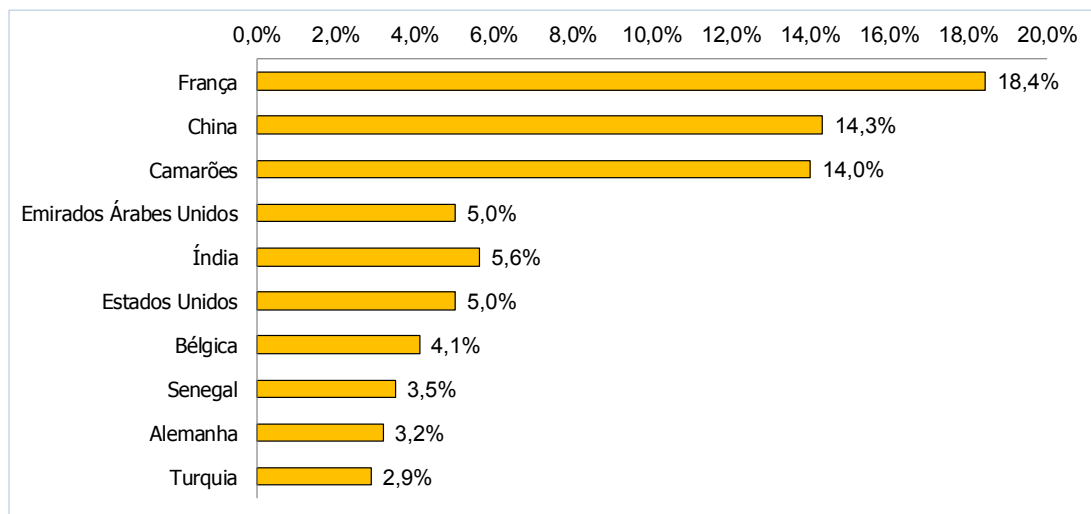
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, January 2018.



Principais origens das importações do Chade
US\$ milhões

Países	2 0 1 6	Part.% no total
França	121	18,4%
China	94	14,3%
Camarões	92	14,0%
Emirados Árabes Unidos	33	5,0%
Índia	37	5,6%
Estados Unidos	33	5,0%
Bélgica	27	4,1%
Senegal	23	3,5%
Alemanha	21	3,2%
Turquia	19	2,9%
...		
Brasil (30º lugar)	2	0,2%
Subtotal	502	76,4%
Outros países	155	23,6%
Total	656	100,0%

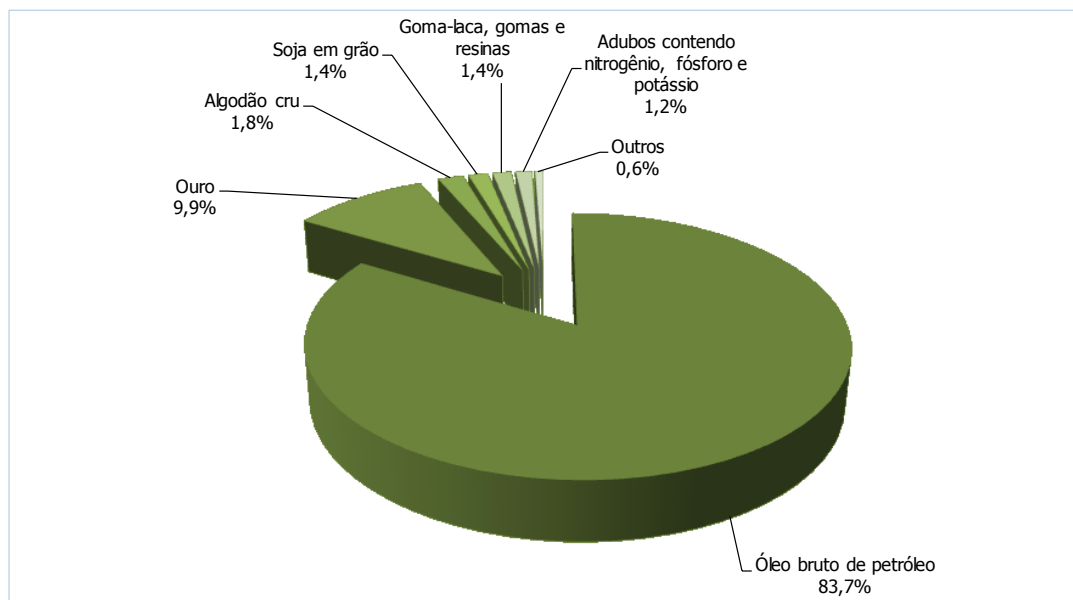
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, January 2018.



Composição das exportações do Chade (SH4)
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 6	Part.% no total
Óleo bruto de petróleo	1.409	83,7%
Ouro	167	9,9%
Algodão cru	31	1,8%
Soja em grão	24	1,4%
Goma-laca, gomas e resinas	23	1,4%
Aubos contendo nitrogênio, fósforo e potássio	20	1,2%
Subtotal	1.674	99,4%
Outros	10	0,6%
Total	1.684	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, January 2018.

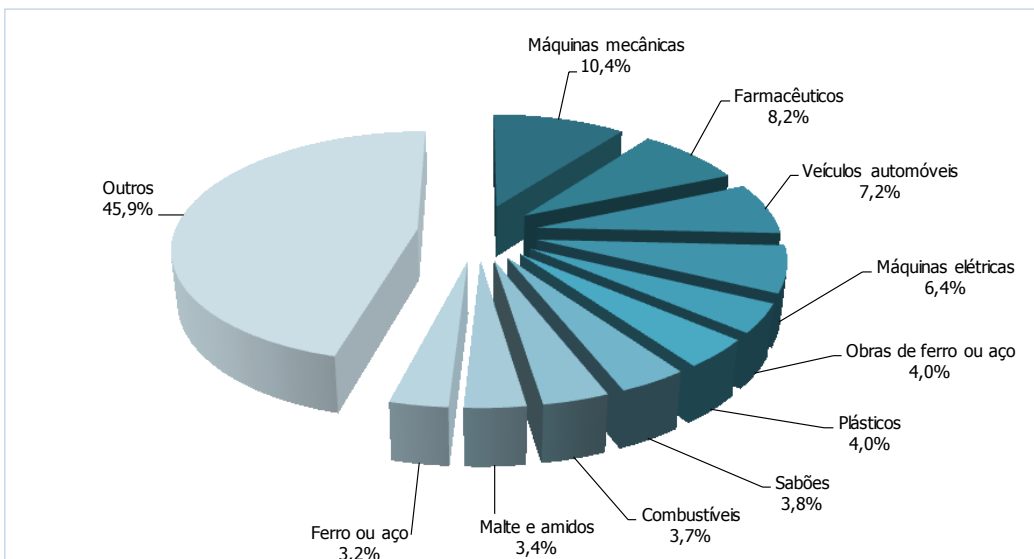


Composição das importações do Chade (SH2)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 6	Part.% no total
Máquinas mecânicas	68	10,4%
Farmacêuticos	54	8,2%
Veículos automóveis	47	7,2%
Máquinas elétricas	42	6,4%
Obras de ferro ou aço	26	4,0%
Plásticos	26	4,0%
Sabões	25	3,8%
Combustíveis	24	3,7%
Malte e amidos	22	3,4%
Ferro ou aço	21	3,2%
Subtotal	355	54,1%
Outros	301	45,9%
Total	656	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, January 2018.

10 principais grupos de produtos importados



Principais indicadores socioeconômicos do Chade

Indicador	2016	2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	-6,43%	0,60%	2,42%	3,13%	3,95%
PIB nominal (US\$ bilhões)	10,10	9,74	10,12	10,69	11,46
PIB nominal "per capita" (US\$)	852	799	811	835	873
PIB PPP (US\$ bilhões)	28,96	29,64	30,95	32,60	34,60
PIB PPP "per capita" (US\$)	2.443	2.433	2.478	2.546	2.637
População (milhões habitantes)	11,86	12,19	12,49	12,80	13,12
Inflação (%) ⁽²⁾	-4,89%	0,73%	2,28%	2,68%	3,25%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-9,18%	-1,96%	-2,75%	-3,24%	-3,33%
Câmbio (CFAfr / US\$) ⁽²⁾	593,08	579,28	559,45	567,93	n.d.

Origem do PIB (2016 Estimativa)

Agricultura	57,8%
Indústria	13,9%
Serviços	28,3%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2017 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 4th Quarter 2017.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.

